



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras - FCL
Campus de Araraquara - SP

Fernando Moreira Sbrocco

A Alemanha no período entre – guerras: um estudo
sobre a hiperinflação e a ascensão do Nazismo



ARARAQUARA – SP

2011

FERNANDO MOREIRA SBROCCO

A Alemanha no período entre – guerras: um estudo sobre a hiperinflação e a ascensão do Nazismo.

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Heller

Banca: Prof. Dr. Fausto Saretta

ARARAQUARA – SP

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família, que sempre esteve ao meu lado, nos momentos bons e ruins, me apoiando e acreditando, até mesmo nos momentos em que nem eu acreditava em mim mesmo. Minha mãe, Carmen Silvia, e meu irmão, Silvio, são pessoas de fundamental importância em meu desenvolvimento, tanto acadêmico quanto pessoal.

À minha professora e orientadora, Cláudia Heller, que sempre me mostrou o caminho correto a ser seguido, e que, seguramente, me auxiliou de forma primorosa na realização deste trabalho, a quem muito agradeço.

Também aos meus amigos, principalmente de Santos e Araraquara, mas também outros de outros lugares, assim como aqueles de Tucumán – Argentina, lugar este onde realizei meu intercâmbio, que sempre me motivaram e incentivaram. Aos amigos da República Copacabana, onde encontrei uma família.

À minha namorada, Maria Leonor, que mais do que ninguém acompanhou o dia-a-dia da minha pesquisa e que, sempre com muita calma, me deu forças para seguir em frente e transpor meus obstáculos.

Por último, devo agradecer a Deus, por ter me guiado no caminho da vida e me conduzido até onde me encontro hoje, em um caminho de realizações e conquistas, e, que neste momento, me abre muitas possibilidades de futuro.

Índice

RESUMO.....	5
CAPÍTULO I - VISÃO GERAL DO PERÍODO ENTRE - GUERRAS.....	6
CAPÍTULO II - A HIPERINFLAÇÃO: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS.....	19
CAPÍTULO III - O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO.....	33
3.1 - O DINHEIRO DE EMERGÊNCIA.....	33
3.2 - O <i>RENTENMARK</i>	37
3.3 - PLANO DAWES, PLANO YOUNG E A CRISE DE 1929.....	41
CAPÍTULO IV - A ASCENSÃO DO NAZISMO E O <i>III REICH</i>	48
CONCLUSÃO.....	62
BIBLIOGRAFIA.....	63

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade estudar a situação econômica vivida pela Alemanha entre as duas guerras mundiais, compreendendo, portanto, o intervalo entre os anos de 1918 e 1939. No início é apresentada uma visão histórica do período, mostrando o caminho percorrido pelo povo germânico até a formação da atual Alemanha. O desencadeamento da Primeira Guerra Mundial e seu trágico fim para o povo alemão, teve como resultado principal o Tratado de Versalhes, extremamente prejudicial para a economia alemã, pondo fim ao império e iniciando-se a República de Weimar. O trabalho também trata das razões que levaram à hiperinflação, uma das maiores e mais fenomenais de toda a História, como, por exemplo, a ocupação do vale do Ruhr por tropas francesas, e seu desfecho, com a introdução de uma nova moeda chamada *Rentenmark*. Em seguida explora os Planos Dawes e Young, bem como a crise da bolsa de *Wall Street* em Nova Iorque, no ano de 1929 e suas conseqüências para a Alemanha, como o terrível índice de desemprego em 1932, que chegou a seis milhões de trabalhadores. A partir de então, a ascensão do Nazismo torna-se o assunto central, devido, principalmente, à crise enfrentada pela Alemanha após o ano de 29, sob o comando de Adolf Hitler, cujo objetivo maior era investir na indústria bélica e transformar a Alemanha novamente em uma potência militar, desencadeando na Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: hiperinflação, entre - guerras, nazismo.

Classificação JEL: N44- Economic History; Government, War, Law, International Relations, and Regulation; Europe: 1913–.

Capítulo I: Visão geral do período entre - guerras

“Não existe meio mais sutil e mais seguro de subverter a base existente da sociedade do que pela desmoralização da moeda. O processo compromete todas as forças ocultas das leis econômicas e o faz de forma que nem um homem em um milhão é capaz de prever.”
John Maynard Keynes.

A Alemanha, como se entende nos dias de hoje, pode ser considerada uma nação relativamente nova. Após as Guerras Napoleônicas, o Sacro Império Romano-Germânico (843 - 1806), também conhecido como *I Reich*, foi dissolvido e, no ano de 1815, o Congresso de Viena criou a Confederação Germânica, ou, *Deutscher Bund*, uma associação política e econômica dos principais territórios de cultura e língua alemã, sob liderança do Império Austríaco.

A Prússia, que havia emergido das invasões napoleônicas como uma das maiores potências européias, declarou guerra ao Império Austríaco, reivindicando a hegemonia do Império Germânico, dando início à Guerra Austro-Prussiana, ou *Bruderkrieg* (Guerra de Irmãos), em 1866. A Prússia, como nação vencedora do conflito, alterou o nome da nação para Confederação da Alemanha do Norte (Norddeutscher Bund), assumiu seu controle político e excluiu a Áustria.

Sob o comando de seu chanceler, Otto Von Bismarck, a Prússia iniciou o processo de unificação política junto aos outros territórios germânicos, com uma política de alianças com os *Junkers* (aristocratas e grandes proprietários de terra), que ficou conhecida como *Zollverein*, ou, união aduaneira e alfandegária, em 1834.

Tal processo de unificação dos estados germânicos ocorreu, principalmente, porque a descentralização política dificultava o progresso econômico, embora esse se desenvolvesse rapidamente. Os territórios germânicos, que já demonstravam grande capacidade industrial, apoiaram a unificação, pois sabiam que a divisão política era um entrave para o progresso capitalista. O processo de unificação

alemão se encerrou apenas em 1871. Este novo império emergente ficou conhecido como *II Reich*.

Pode-se entender o contexto da Unificação Alemã, visto o ano de 1848, quando estourou uma série de protestos pró-nacionalistas em toda a Europa. Além da unificação alemã, a unificação italiana também se deveu aos protestos nacionalistas de 1848.

Este novo país, já com uma capacidade industrial elevada, insurgiu-se, causando um sentimento de incômodo nas nações que ocupavam lugar de destaque na Europa. Foi a partir desse momento que se iniciou uma política de alianças e rivalidades entre os países europeus, que marcariam a Primeira Guerra Mundial, cujo início, em 28 de julho de 1914, teve como estopim o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono Austro-Húngaro, e de sua esposa Sofia, Duquesa de Hohenberg, pelo sérvio Gavrilo Princip, no dia 28 de Junho de 1914, em Sarajevo, capital da Bósnia.

As nações européias viram no conflito uma forma de se destacar e despontar como potência econômica. Afinal, estavam em disputa os mercados consumidores e fornecedores de matéria-prima das nações derrotadas. Entretanto, o conflito não resolveu a disputa imperialista: as rivalidades continuaram e, em alguns casos, até aumentaram, como no caso da Alemanha e França.

A Grande Guerra, como ficou conhecida na época, chegou ao fim no dia 11 de Novembro de 1918, data em que o armistício foi assinado. Entretanto, a paz ainda precisava ser negociada. O lugar escolhido foi Versalhes, na França. O texto do futuro Tratado havia sido elaborado sem qualquer consulta aos alemães. O então chanceler alemão, Philipp Scheidemann, negou-se a assiná-lo e demitiu-se do cargo. Quem assumiu foi Gustav Bauer, cuja opinião era favorável à assinatura, sob pena de ver a Alemanha pior sem o Tratado do que com ele. No dia 22 de junho de 1919, o Parlamento alemão votou a favor da assinatura e enviou a Versalhes uma delegação para a Conferência de Paz, chefiada por Hermann Müller, Ministro das Relações Exteriores, acompanhado de Max Weber, que prestou consultoria à delegação alemã na Conferência da Paz em Versalhes.

A Alemanha, como nação derrotada, foi forçada a assinar o Tratado de Versalhes em 28 de junho de 1919. Entre os postulados do Tratado, constava que a Alemanha deveria assumir toda a culpa pela guerra, ceder territórios, reduzir seu poder bélico e pagar uma indenização, cujo valor seria estipulado posteriormente.

O Tratado de Versalhes complicou de vez a já sufocante situação da Alemanha, que estava arruinada pelos danos da guerra. Com o objetivo de saldar as dívidas da guerra, tornou-se um país deficitário, passando a importar capital. O povo alemão viu, nas exigências do Tratado, uma humilhação ao país, o que gerou um sentimento de grande revolta e vingança. Nas palavras de Eric Geddes, Ministro da Marinha Britânica, os aliados deveriam “espremer o limão germânico até rangerem as sementes”, frase que ilustra o sentimento dos países vencedores do conflito. HENIG (1991, p.9)

Na realidade, o Tratado pode ser encarado como uma vingança dos franceses pelas humilhações sofridas na guerra Franco - Prussiana (1870 - 1871), visto que nem os ingleses, nem os americanos apoiaram todas as cláusulas do acordo de Paz. O Tratado causou seriíssimos danos morais e econômicos à Alemanha e, pode-se dizer, sem receio, que abriu caminho para a “vingança” alemã na Segunda Guerra Mundial.

O Tratado de Versalhes foi julgado por importantes economistas à época, como sendo inviável. Por exemplo, Keynes, membro da delegação britânica na Conferência de Paz, retirou-se antes mesmo do seu término, por considerar as cláusulas econômicas do Tratado abusivas. Winston Churchill, na época Ministro de Guerra do governo britânico, qualificou como “malévolas e inúteis” as cláusulas econômicas do Tratado, argumentando que nenhuma nação derrotada poderia pagar indenização em escala comparável aos custos da Guerra.

O fim do conflito trouxe importantes mudanças políticas, econômicas e sociais na Alemanha. A primeira e mais importante foi a queda do Kaiser Guilherme II (1888 - 1919), mudando completamente a estrutura do governo alemão. Com a queda da monarquia foi instaurada a República de Weimar (1919 – 1933). Este nome foi dado à constituição que serviu como base para a nova República,

recebendo o nome da cidade onde foi homologada. A Alemanha teria como poder legislativo o Parlamento. O presidente era eleito através do sufrágio universal. Entretanto, o artigo 48 da constituição de Weimar, declarava que o presidente poderia dissolver o parlamento e nomear um Chanceler, caso assim entendesse necessário. Foi recorrendo a este artigo que o presidente Hindenburg¹ nomeou Hitler para Chanceler, em 1933.

O povo alemão sempre associou a fraqueza pós-Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes à República de Weimar. Por isso, era comum um saudosismo dos tempos de Império, de uma Alemanha forte, poderosa e cheia de glórias, em vista do novo sistema de governo, cheio de vergonhas e humilhações.

A República de Weimar, desde seu início, foi malquista pelo povo alemão. A proclamação da República não foi considerada uma vitória, e, sim, chamada de “filha da derrota”. Nasceu sem carisma, fadada ao fracasso.

A Primeira Guerra Mundial devastou a economia alemã. Se comparado o ano de 1913 com o de 1919, a produção industrial recuou 57% e a agrícola 50%. Podemos ilustrar o quadro econômico alemão observando a tabela 1, onde constam os níveis de produção de três setores da indústria.

Tabela 1 - Produção Industrial (em milhares de toneladas)

	1913	1927	1938
Carvão	190.109	150.861	186.179
Ferro	19.312	13.089	18.595
Aço	18.697	16.167	23.208
Comércio Exterior*	1.021	1.192	916

* total das importações e exportações em milhões de libras esterlinas

Fonte: BIRNIE (1964, anexo)

¹Hindenburg era apenas mais um oficial do exército. Havia sido reformado em 1914. Porém, se colocou à disposição do império na Primeira Guerra Mundial e acabou sendo nomeado para comandar as tropas da frente leste. Foi então que ocorreu a batalha de Tannenberg, em 1915, com vitória dos alemães sobre os russos! Nunca fora uma tarefa fácil derrotá-los. Por isso os jornais alemães criaram o ídolo que lhes faltava. Fizeram dele um símbolo de vitória. Imagem que perdurou até sua morte em 1934.

Vemos que a produção de carvão, aço e ferro recuou de forma significativa nos anos que se seguiram ao fim do conflito. O ponto interessante a se observar aqui é o comércio exterior. A explicação para a elevação no ano de 1927 e redução no ano de 1938 a níveis ainda menores que em 1913, está relacionada ao fato de que a demanda interna alemã estava arruinada após o conflito, visto o baixo poder de compra dos consumidores, ou seja, grande parte da produção era voltada ao comércio exterior. Já em 1938, ano que antecede o início da Segunda Guerra, o comércio exterior reduz-se bastante, uma vez que a política nazista de reduzir as transações internacionais para preparar o país para um possível bloqueio econômico, que a futura guerra traria. Além, claro, do rearmamento promovido por Hitler, que seria negociado dentro da própria Alemanha.

A Primeira Guerra absorveu o capital humano, empregando-o na economia beligerante, sufocando os demais setores da economia. O número de soldados mais que triplicou de 1914 até 1918, chegando quase até 10 milhões! Como consequência, o número de operários homens nas indústrias caiu um quarto e o de mulheres aumentou 50%. Em sua maioria, a mão-de-obra era focada na indústria bélica, enquanto o setor têxtil e alimentício ficou sem 60% de sua força de trabalho. RICHARD (1983)

No começo da década de 1920, além de ter que pagar uma indenização altíssima, a Alemanha enfrentou o pesadelo da hiperinflação. Até meados de 1921, a inflação passou por um período instável, alternando taxas altas e baixas. Porém, considerando-se o período desde o fim da Primeira Guerra Mundial, os preços haviam aumentado, principalmente pela crescente oferta monetária e alta do dólar, o qual elevou os preços dos produtos importados.

Em maio de 1921, aconteceu o Ultimato de Londres, onde, por fim, os Aliados decidiram a quantia a ser cobrada da Alemanha como indenização da I Guerra. O total requerido no Ultimato representava cerca de 80% das exportações alemãs. Naturalmente, a Alemanha não poderia arcar com tal quantia, o que agravou ainda mais a situação caótica da economia alemã.

A partir de 1921, a inflação começou a apresentar altas taxas de crescimento, e, em alguns meses, esteve acima de 100%, como por exemplo, em novembro de 1922, cuja taxa foi 103,86%. Outro fato que ocasionou uma elevação nos níveis de preços foi a perda do território da Alta Silésia para a Polônia. A população passou a desacreditar na capacidade do governo de negociar as reparações da Guerra e, como consequência, houve uma corrida ao dólar, que desvalorizou ainda mais o marco.

Apesar da inflação crescente, a economia alemã conseguiu crescer. Com receio de novos aumentos nos preços, as famílias gastavam seus salários assim que os recebiam, bem como as empresas, que investiam seus lucros imediatamente, aumentando a produção e absorvendo mais mão-de-obra, o que levou o desemprego a índices muito baixos em meados de 1922.

Entretanto, em agosto de 1922, o governo alemão deu um importante passo rumo à hiperinflação, ao suspender os pagamentos das reparações da guerra, causando uma desconfiança geral da população a respeito da nova administração do país.

Sem receber suas respectivas partes da indenização, a França e a Bélgica invadiram, em janeiro de 1923, a rica região do vale do Rio Ruhr. A fim de evitar entregar a produção de carvão mineral e ferro para os invasores, a Alemanha decidiu adotar uma estratégia de resistência pacífica frente a eles. A solução encontrada foi pagar para as indústrias do vale do Ruhr pararem a produção. A Alemanha preferia pagar pela não produção, a ver a França e a Bélgica receberem facilmente ferro e carvão mineral.

Como contrapartida, o financiamento dessa resistência precisou ser feito através da emissão de papel moeda, gerando o que muitos historiadores consideram o começo da hiperinflação alemã.

Os meses em que a inflação alcançou níveis impressionantes foram os do segundo semestre de 1923, mais precisamente agosto, setembro, outubro e

novembro, em que a taxa ficou acima dos 1000% ao mês, chegando a quase 30.000 por cento em outubro!

O fenômeno da hiperinflação ocorreu sem que ninguém soubesse como lidar com tal situação, pois este era um acontecimento novo. A respeito disto, Gustavo Franco afirmou:

“As hiperinflações da década de vinte ocorreram em países que nunca haviam experimentado sequer taxas moderadas de inflação. As inflações relativamente pequenas ocorridas durante a guerra foram tão excepcionais e transitórias quanto a própria guerra.” FRANCO (1995, p.101)

O *Reichsbank* (Banco Central Alemão) não conseguia mais atender a demanda por papel moeda. Com o marco perdendo cada vez mais o seu valor, moedas estrangeiras foram ganhando cada vez mais espaço. Os alemães começaram a regular os preços internos de acordo com o dólar, devido à estabilidade da moeda norte-americana. Tal fato fez com que o nível de preços acompanhasse a flutuação cambial e a cotação do dólar. Houve cidades e firmas que passaram a produzir seu “próprio dinheiro”. Devido a esses problemas, as funções básicas que toda moeda possui, unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento acabaram perdendo importância, pois já não se usava o marco como meio de pagamento em todo o território alemão, assim como não se podia mais depositar confiança em sua capacidade de manter valor.

A hiperinflação alemã desestruturou toda a economia do país, que chegou a ter, no auge deste período, em novembro de 1923, um milhão e 485 mil desempregados. Como consequência, pobreza, miséria, roubos e corrupção passaram a aflorar na Alemanha.

O Governo alemão, para tentar fugir dessa conjuntura, decidiu pôr em prática um plano que, até então, parecia inviável: estabilizar a moeda sem um acordo referente às reparações da guerra. Para tanto, utilizou a idéia do professor e deputado Karl Helfferich a respeito de uma moeda indexada ao centeio, porém não

convertível. Esta idéia foi muito criticada. Todavia, não restavam muitas opções ao governo alemão, que depois de fazer algumas alterações no plano original, colocou-as em prática no dia 15 de novembro de 1923, com a introdução do *Rentenmark*. Cinco dias depois, em 20 de novembro, data que ficou marcada na história da Alemanha como o dia da estabilização monetária, a nova moeda foi cotada em um *Rentenmark* para um trilhão de marcos. Como nesse dia 1 dólar alcançou 4,2 trilhões de marcos, um *Rentenmark* ficou cotado a 4,2 dólares.

A introdução do *Rentenmark* alcançou uma aceitação que não se esperava. Filas enormes se formaram nas portas dos bancos. O povo alemão estava ansioso para trocar o antigo marco, que já não valia quase mais nada, por uma nova moeda. Muitos consideraram um milagre o modo como a população acolheu o *Rentenmark*.

O sucesso do *Rentenmark*, entretanto, não relaxou o governo alemão, que sabia que um plano de estabilização permanente da moeda somente seria possível com a renegociação das dívidas da guerra.

Foi este o objetivo da Conferência, que levou o nome de seu líder, o norte-americano Charles Dawes. Durante o evento foram discutidas maneiras de renegociar e viabilizar os pagamentos das indenizações impostas, após o fim do primeiro confronto mundial.

O resultado final da conferência foi descrito no Plano Dawes, no qual a Alemanha foi beneficiada em diversos pontos. Devido ao sucesso do Plano Dawes, o país começou a ser invadido por uma enxurrada de capital externo. Dinheiro estrangeiro ingressava na Alemanha quase sem nenhum controle. Contudo, os tomadores desses empréstimos não os investiam na cadeia produtiva mas, sim, trocavam a moeda estrangeira no *Reichsbank* por moeda local. O *Reichsbank* por sua vez, utilizava-se dessa moeda estrangeira para saldar suas dívidas com os países credores da Primeira Guerra Mundial, os mesmos que emprestavam dinheiro para a Alemanha. Para o presidente do Banco Central Alemão era, somente, uma questão de tempo, até que o *Reichsbank* não pudesse ter mais condições de saldar suas dívidas.

Grande parte da quantia paga pela Alemanha aos Aliados, como indenização da Guerra, era repassada aos EUA, pois este foi o grande financiador dos países europeus, durante o conflito. Este foi um dos motivos pelo qual os EUA emergiram da Primeira Guerra Mundial, como a maior potência econômica do mundo.

O Comitê de Reparações, ao notar que a Alemanha não estava pagando as indenizações com o excedente da balança comercial e sim com o dinheiro emprestado de países estrangeiros decidiu convocar uma nova Conferência, desta vez liderada pelo também norte-americano Owen Young, com o intuito de discutir tal questão.

A Conferência Young tinha como principal foco a capacidade da Alemanha de transferir capital para o exterior, sem prejudicar a economia interna. Entretanto, entre o fim da Conferência e a execução do Plano Young, ocorreu o *crash* da bolsa de *Wall Street*, em Nova Iorque, na quinta-feira negra de outubro de 1929.

Para a Alemanha, o resultado dessa crise foi muito mais intenso do que para outros países capitalistas da época. Isto porque a Alemanha estava tomada por capital estrangeiro que, após a crise, começou a ser requerido de volta. Os altos empréstimos saíram da Alemanha com a mesma velocidade com que entraram. Como esforço para pagar suas dívidas, as reservas do *Reichsbank* se esgotaram rapidamente.

As novas renegociações do Plano Young e a crise de 1929 trouxeram novamente à Alemanha pobreza, fome e miséria. O povo alemão estava desiludido e não acreditava mais na capacidade da República de Weimar de resolver a cruel situação econômica na qual se encontrava. As portas estavam abertas para um regime totalitário.

Enquanto a situação da Alemanha piorava, com o desemprego chegando a seis milhões de trabalhadores no ano de 1932, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*National Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei* ou *N.S.D.A.P.*) aumentava sua influência no *Reichstag*, obtendo, ano após ano, mais cadeiras no Parlamento Alemão, por meio do crescente número de votos.

O líder deste partido em ascensão era um austríaco, que havia sido um mero mensageiro atrás das trincheiras durante a Primeira Guerra Mundial e que, mesmo assim, havia ganhado uma medalha por bravura e dito, anos mais tarde, que os anos anteriores durante a guerra haviam sido os melhores de sua vida. Seu nome era Adolf Hitler.²

Nas eleições de abril de 1932, o partido nazista (abreviação em alemão para Nacional-Socialista) tornou-se o maior do *Reichstag*. Hindenburg, então presidente da Alemanha não conseguiu suportar a pressão, e nomeou Hitler para o cargo de Chanceler, no dia 30 de janeiro de 1933.

Hitler, então, passou a por em prática todo seu plano, expresso no livro *Mein Kampf* (Minha Luta). Era de bom grado os alemães terem o livro em suas casas, sendo quase uma regra dá-lo de presente de casamento, ou em formaturas de colégios. Suas vendas foram crescendo conforme o Partido Nazista ganhava força.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial foram apreendidos na *Eher Verlag*, editora ligada ao governo nazista e que distribuía o livro, os extratos referentes às vendas. Em 1925 o livro vendeu apenas 9.473 cópias. Nos anos seguintes seguiu por altos e baixos. Porém, após a crise de 1929 e graças a uma edição mais popular, o livro vendeu, em 1930, 54.086 cópias, e em 1932, 90.351. Um ano após o desencadeamento da Segunda Guerra, o livro alcançou a incrível marca de seis milhões de exemplares vendidos na Alemanha! SHIRER (1963, p.132)

No dia 27 de fevereiro de 1933, quando o *Reichstag* sofreu um incêndio, Hitler imediatamente culpou a oposição e começou uma perseguição implacável, colocando todos os partidos contrários ao regime nazista na clandestinidade. O auge da perseguição política aos não-nazistas ocorreu na noite do dia 30 de junho

² O nome do avô de Adolf Hitler era Johann Hiedler e sua avó era Maria Anna Schicklgruber. Acredita-se que Hiedler e Hitler sejam o mesmo nome, com apenas uma diferença na grafia. O pai de Adolf se chamava Alois Schicklgruber, por ter sido um filho ilegítimo, uma vez que seu pai não reconheceu sua paternidade. Entretanto, sob circunstâncias que até hoje não ficaram muito claras, Johann Hiedler, com o nome oficialmente alterado para Hitler e com 84 anos, assumiu a paternidade de Alois, que automaticamente, passou o novo nome ao seu filho, Adolf Schicklgruber, que passou a se chamar Adolf Hitler. É possível que o nome não tivesse mudado nada, mas muitos historiadores acreditam ser difícil imaginar as massas gritando “Heil Schicklgruber!”. O próprio Hitler chegou a afirmar que foi um golpe de sorte do destino. SHIRER (1963, p. 26)

de 1934, quando Hitler e outros oficiais nazistas eliminaram centenas de opositores. Este episódio ficou conhecido como *A Noite das Facas Longas*. O principal alvo deste expurgo foi o líder da S.A. (*Sturmabteilung* ou Seção de Assalto), Ernst Röhm, membro do Partido Nazista que havia participado com Hitler do “Putsch” da Cervejaria, golpe frustrado dos nazistas de tomar o poder, em 1923. Röhm, que era homossexual assumido, enfrentava oposição do Exército alemão e, principalmente, do presidente Hindenburg e de outros oficiais nazistas. Hitler tinha receio que a S.A. pudesse tentar substituir o Exército, uma vez que contava com um grande contingente, o que ameaçava a soberania do Exército alemão.

Com isso, Hitler fez o que nunca antes, na História da Alemanha, um político havia conseguido: ele unificou todo o território alemão sob um poder único e centralizado, fato esse que ainda seria fortalecido com a morte do presidente Hindenburg, em agosto de 1934, o que fez com que Hitler unificasse os dois poderes em torno de si.

Como *Führer*, Hitler deu início à trajetória rumo à economia de guerra, ou *Wehrwirtschaft*. Investindo em infra-estrutura e na indústria bélica, Hitler tinha como principal objetivo acabar com o desemprego. A produção nacional cresceu 102% de 1932 a 1937 e a renda nacional dobrou durante o período nazista. SHIRER (1963, p.385)

Para o historiador Eric Hobsbawn em *A Era dos Extremos*, Hitler se tornou o Senhor da Alemanha devido aos efeitos sobre a população da crise de 1929. Entretanto, se Hitler tinha algum plano econômico claro, não o utilizou. O único plano que parecia possuir era o de se manter no poder, a qualquer custo.

Hitler parecia não se incomodar com as aparências, isto é, com sua imagem no exterior. Acredita-se que Hitler violou em 12 anos 26 pactos ou tratados. Não se pode ter certeza deste número. Entretanto, ainda que fosse ligeiramente inferior, já estabeleceria um recorde bastante infeliz! Não há exemplo na história de reviravoltas tão rápidas e tão totais em tão pouco tempo. Hitler rompeu com a Sociedade das Nações em 1933. A região do Sarre volta a ser da Alemanha em janeiro de 1935, através de um plebiscito e o serviço militar voltou a ser obrigatório

em março do mesmo ano. Ocupou militarmente a Renânia em 1936, sem qualquer reação militar das potências europeias, o que fez Hitler acreditar que podia seguir em frente. No dia 28 de abril de 1939, Hitler denunciou o tratado Germano-Polaco de não agressão de 1934 e o tratado anglo-germânico de 1935, um acordo naval com a Inglaterra, assinado sem esta última comunicar a França. Surpreendentemente assinou um pacto-surpresa de não agressão com a Rússia, em 22 de agosto de 1939 e ratificou o eixo Berlin-Tóquio, em 1936 e o eixo Berlin-Roma, em novembro de 1937. DRIJARD (1971, p.242)

A superioridade da raça ariana e o ódio pelos judeus, tão evidentes nos discursos de Hitler, embora exacerbados em seu caráter, não constituíam um novidade aos ouvintes de Hitler. Os *Junkers*, nobreza aristocrática germânica, já se utilizavam deste termo para se distinguirem dos demais povos. Hitler apenas o empregou para associar o conceito de identidade nacional à raça ariana, junto ao povo germânico, através do princípio da unidade étnica, com a finalidade de elevar o moral e orgulho nacionais do povo alemão.

Hitler era um adepto da “lei do mais forte” e acreditava que a raça ariana deveria se erguer, para livrar a humanidade da fraqueza encontrada em outros povos, inclusive nos judeus. O ódio pelo povo judaico também não foi criado por Hitler. Foram perseguidos desde o século XI na Europa, passando por casos mais célebres como a expulsão de Portugal em 1497 e a Inquisição Espanhola, em 1492. Não se sabe até hoje se Hitler tinha algum motivo pessoal contra os judeus. O que se sabe é que a política anti-semita não foi criada instantaneamente e, sim, aos poucos. Assim que assumiu o poder, Hitler começou um boicote aos profissionais e comerciantes judeus. Dois anos mais tarde, a lei de Nuremberg retirou a cidadania alemã e foram declarados ilegais os casamentos e até proibidas as relações sexuais entre judeus e não-judeus.

Na noite do dia 9 para o dia 10 de novembro de 1938, a política discriminatória dos nazistas referente aos judeus aumentou, violentamente, devido ao assassinato de um diplomata nazista por um judaico. Aquela madrugada ficou conhecida com a “Noite de Cristal”, quando os vidros das Sinagogas e das lojas dos judeus foram destruídos. Judeus foram mortos e deportados. Foi neste momento que a maioria deles perdeu as esperanças em uma possível reconciliação com o

governo nazista. Foi apenas em 1941 que Hitler decidiu pela solução extrema: eliminar o povo judeu da Europa.

Capítulo II: A hiperinflação: causas e consequências

“Berlim, noite de sábado, 3 de novembro de 1923. Um maço de cigarros custa quatro bilhões de marcos. A maioria das pessoas perdeu a fé tanto no futuro como no presente.”
– Texto de abertura do filme *O Ovo da Serpente* de Ingmar Bergman

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha se tornou um país deficitário. Passou de exportadora a importadora de capital, a fim de equilibrar sua balança comercial. Apesar de a economia alemã estar completamente arrasada após o fim do conflito, os países vencedores, principalmente a França (movida pelo espírito de vingança referente à Guerra Franco-Prussiana), impuseram um Tratado de Paz que piorou a situação alemã, impondo-lhe a perda de territórios, o pagamento de uma indenização que nenhuma nação derrotada poderia arcar, redução do exército profissional para 100 mil homens e suspensão de toda a produção bélica.

Na Conferência de Paz, em janeiro de 1919, realizada na cidade de Versalhes, França, estavam presentes membros de diversas nações, inclusive do Brasil, representado por Epiácio Pessoa. Os chefes de estado das principais nações eram o primeiro-ministro da França, Georges Clemenceau, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, e o primeiro-ministro da Inglaterra, David Lloyd George. Após dias de discussões e negociações, o representante da delegação alemã, Hermann Müller assinou o Tratado de Versalhes no dia 28 de junho de 1919, sendo ratificado pela Liga das Nações no dia 10 de janeiro de 1920.³

O Tratado de Versalhes possuía ao todo 440 artigos, dos quais, do 231º até o 247º tratavam das reparações aos países vencedores. A Alemanha foi declarada a única culpada pela guerra, tendo que assumir toda a responsabilidade moral da Guerra, os danos às propriedades, as perdas de vidas e o pagamento de pensões de guerra.

³ A Liga das Nações foi pensada e criada na Conferência de Paz em Versalhes. Foi um dos principais objetivos do presidente norte-americano Woodrow Wilson, cujo princípio foi criar um órgão internacional para evitar futuras guerras. Foi a antecessora da ONU (Organização das Nações Unidas).

Entretanto, o valor a ser cobrado da Alemanha, em caráter de indenização, não foi calculado na Conferência, visto que havia muitas opiniões divergentes acerca do montante total.

Ao fim da guerra, um comitê foi formado em Londres para sugerir um valor que seria imposto à Alemanha, levando-se em conta sua capacidade de pagamento. Entre os membros deste comitê, estavam: o ministro das finanças do Canadá, Sir G.E. Foster, conhecido por sua grande experiência com finanças públicas; Mr. W.A.S. Hewins, importante economista inglês; Lord Cunliffe, presidente do Banco da Inglaterra e Herbert Gibbs, britânico, sócio da empresa “Antony Gibbs and Sons”. Os dois últimos foram chamados por suas grandes reputações de homens de negócios.

A recomendação do comitê foi que o pagamento deveria ser baseado nos custos diretos da guerra, avaliado em £24 bilhões de libras esterlinas ou, 489,6 bilhões de marcos. Para se ter uma noção, essa quantia exorbitante representava cerca de 80% das exportações alemãs.⁴

Naturalmente, os alemães consideraram esta quantia excessivamente alta, alegando que poderiam arcar, segundo um balanço do Tesouro Nacional, uma quantia de, no máximo, 3 bilhões de libras esterlinas. Obviamente, tal valor foi rejeitada pelos Aliados.

O Ultimato de Londres, em maio de 1921, fixou que a Alemanha seria obrigada a pagar uma indenização de 132 bilhões de marcos-ouro⁵, equivalente a 480 bilhões de marcos ou £23,7 bilhões de libras esterlinas. A Comissão de Reparações considerou que a Alemanha seria capaz de pagar esta quantia. Esse total poderia ser pago em parcelas de 2 bilhões de marcos-ouro, acrescidas de uma quantia igual a 26% das exportações alemãs. HOLTFRERICH (1986, p.143)

⁴ Nas referências de valores monetários são utilizadas as taxas de câmbio do período pré – 1914: US\$ 4,86/£ e 20,4 marcos/£. Abreu (2002, p.9).

⁵ Uma cédula de um marco valia 0,25 de uma cédula de marco-ouro (cédula de marco conversível em ouro).

Entretanto, esta decisão não foi apoiada por todos os membros do Ultimato de Londres. Tanto americanos quanto ingleses discordaram da quantia final imposta à Alemanha.

John M. Keynes, já um importante economista e membro do Comitê inglês no Ultimato, considerou que a indenização imposta pelos Aliados seria uma “inaplicabilidade econômica”. Em seu livro “As Conseqüências Econômicas da Paz”, calculou como alternativa o total de £7 bilhões de libras esterlinas (ou 35,7 bilhões de marcos-ouro), sendo £2 bilhões pelos danos causados pela guerra e £5 bilhões em pensões e indenizações.

O então presidente norte-americano, Woodrow Wilson, também não concordava com a indenização imposta pelos aliados. Antes mesmo do fim da guerra, em 8 de janeiro de 1918, enviou uma carta ao congresso norte-americano postulando o que ficou conhecido como “Os 14 pontos de Wilson”. Wilson sabia que pesadas indenizações o afastariam de um importante parceiro econômico e que isso seria prejudicial aos EUA. Wilson tentou estabelecer que o máximo que a Alemanha poderia pagar era £6 bilhões libras esterlinas. Entretanto esta quantia foi renegada tanto por Lloyd George, primeiro-ministro inglês, quanto por Clemenceau, o primeiro-ministro francês.

Contudo, há divergências em torno dos valores que os Aliados receberam, assim como entre o que foi pago e o que foi recebido. O pagamento ocorreu normalmente até a metade do ano de 1922, quando a Alemanha decidiu suspender unilateralmente os pagamentos referentes à indenização da guerra. Este período pode ser encarado como uma transição da inflação para a hiperinflação. A Comissão de Reparações confirmou ter recebido da Alemanha oito bilhões de marcos-ouro, dos quais 1,7 bilhões foram pagos em dinheiro. O restante foi pago, principalmente com máquinas e outros equipamentos agrícolas, cessão de territórios e equipamentos de guerra. HOLTFRERICH (1986, p.146).

Por outro lado, em relação ao cronograma estabelecido no Tratado de Versalhes, a Comissão reconheceu apenas as transferências realizadas entre primeiro de maio de 1921 e 31 de dezembro de 1922, o que resulta em “apenas”

2,75 bilhões de marcos-ouro. Já os alemães afirmaram que pagaram 51,7 bilhões de marcos-ouro até o fim de 1922. A causa central desta divergência entre a Alemanha e os Aliados se encontra nos pagamentos realizados antes do Ultimato de Londres, não reconhecidos pelo Tratado de Versalhes. Os franceses afirmavam ter recebido algo entre 12 e 14 bilhões de marcos-ouro até o fim de 1922. Já os ingleses confirmaram o recebimento de 26 bilhões de marcos-ouro, enquanto os americanos, 25,8 bilhões de marcos-ouro. HOLTFRERICH (1986, p.146).

O pesadelo de uma inflação descontrolada começou a assustar a Alemanha ainda no começo da Primeira Guerra Mundial. Quando a guerra estourou, em 1914, o *Reichsbank* (Banco Central Alemão), como todos os outros bancos centrais das nações em guerra, suspendeu o padrão-ouro (conversão de papel-moeda em ouro) com o intuito de impedir que suas reservas se esgotassem. Para ajudar a financiar a guerra, o *Reichsbank* ofereceu ajuda financeira ao governo alemão, pois aumentar os impostos costuma ser uma decisão impopular. O governo passou então a comprar títulos do Tesouro Alemão, com a finalidade de gerar divisas para financiar a guerra. Esta decisão pode servir para mostrar a confiança alemã na vitória, pois se acreditava que as nações derrotadas pagariam indenizações que cobririam tais déficits.

Com isso, o *Reichsbank* acabou assumindo as dívidas da guerra junto ao governo. Com o intuito de equilibrar suas contas, o *Reichsbank* emitiu mais papel-moeda, sem qualquer lastro. Esse dinheiro acabou em posse do povo. Todavia a situação do marco alemão, ao fim do conflito, não era melhor ou pior do que a da libra, do franco, ou mesmo do dólar. A hiperinflação ainda não havia surgido.

Gustavo Franco, em seu livro “O Plano Real e outros ensaios” cita uma frase de Lionel Robbins, a qual se refere à hiperinflação alemã como “O Fenômeno mais extraordinário de seu gênero na História”. FRANCO (1995, p.100)

As autoridades alemãs à época não admitiam o fato de que o marco estava desvalorizado. Aceitavam, sim, o fato de que havia mais dinheiro em circulação. Entretanto garantiam que o *Reichsbank* possuía reservas em ouro suficiente para cobrir a expansão monetária. Afirmavam ainda que o valor real (valor em ouro dos

preços dos bens e serviços) de todo o dinheiro em circulação estava muito menor do que antes da guerra e, abaixo daqueles praticados por outros países industriais.

Rudolf Von Havenstein, presidente do *Reichsbank* entre 1921 a 1923, era enfático ao negar que o Banco Central havia inflado a moeda alemã. Estava convencido de que o banco central havia seguido uma política restritiva, pois seu portfólio valia em marcos conversíveis em ouro, menos da metade de seus haveres de 1913.

Entretanto, as autoridades alemãs desconsideraram um postulado importante das causas da inflação: a quantidade de dinheiro que a população mantém consigo (efetivo em caixa). Quando aumenta o efetivo em caixa de uma grande parcela da população, os preços propendem a aumentar. Já a redução do efetivo em caixa os faz a diminuí-los. As pessoas, naturalmente, têm seus motivos para agirem de tal maneira, isso não ocorre por acaso. Em uma depressão, por exemplo, as pessoas que conseguem antecipar a diminuição do valor do dinheiro, querem aumentar suas posses, seus bens. Dessa forma, chegam até a enriquecer, pois não perdem dinheiro com a inflação, ou seja, essas pessoas não mantêm a liquidez, e sim, adquirem ativos, que se valorizam, obtendo lucros.

Durante uma hiperinflação, as pessoas tendem a evitar qualquer posse do dinheiro por um período de tempo considerado longo, visto que só têm a perder caso mantenham consigo o dinheiro em forma líquida. Com isso, o nível dos preços continua subindo mais rápido, e o valor do dinheiro se deprecia com maior velocidade do que a taxa de criação de moeda, pois as famílias vão gastar seus salários assim que os receberem, com receio de que o valor do dinheiro se deprecie rapidamente. Contudo, as autoridades alemãs pareciam estar alheias a estes princípios, ou por confiança, ou por ignorância.

Karl Helfferich, influente economista e político alemão, chegou a alertar o povo sobre as terríveis conseqüências de uma estabilização monetária:

“Seguir o bom conselho de parar com a impressão de cédulas significaria negar à vida econômica o meio de circulação necessário para transações, pagamentos de salários e ordenados. Em um curtíssimo período de tempo todo o público, e acima de tudo o Reich, não mais poderia pagar mercadores, empregados ou operários. Em poucas semanas, além da impressão de cédulas, todas as fábricas, minas, ferrovias e correios, governos locais e o nacional, em resumo, toda a vida econômica e nacional seria suspensa.”
SENNHOLZ (1979, p. 143)

Logo após a guerra, o Partido Socialista Alemão conseguiu mais cadeiras no congresso e iniciou uma política de gastos sociais nas áreas da saúde, educação e assistencialismo. Como contrapartida a estes gastos, a emissão de papel-moeda disparou, uma vez que os recursos viabilizados pela possibilidade de se criar dinheiro eram aparentemente ilimitados. Enquanto os gastos aumentavam, as receitas diminuían, até que em outubro de 1923, apenas 0,8% das despesas do governo eram cobertas por receitas de impostos. Os déficits crescentes passaram a ser pagos com quantidades cada vez maiores de dinheiro impresso, o que, por sua vez, gerava déficits ainda maiores. As autoridades monetárias da Alemanha, na realidade, estavam presas em um círculo vicioso do qual elas não sabiam como, e nem tinham a coragem de, se desvincular. SENNHOLZ (1979)

Outro fator relevante que levou a República de Weimar à hiperinflação foi o golpe certo à sua indústria. A produção industrial alemã, além de ter sido fortemente danificada pela guerra, teve um enorme prejuízo com a perda de territórios, imposta pelo Tratado de Versalhes, pois perdeu fornecedores de matérias-primas e mercados consumidores. Segundo o Tratado de Paz, a Alemanha foi obrigada a ceder Togo para a Grã-Bretanha e a França, Camarões para a França, a Tanzânia e Namíbia para a Grã-Bretanha, Ruanda-Burundi para a Bélgica, as Ilhas Marianas e Ilhas Carolinas para o Japão, o Arquipélago de Bismarck para a Austrália, além da incorporação da região da Alsácia-Lorena pela

França e da anexação das regiões germânicas da Pomerânia, Prússia Ocidental e Alta Silésia pela Polônia. A perda das colônias e de algumas regiões européias reduziu o território do império alemão de 2.915.069 km² para apenas 540.000 km². RICHARD (1983).

Durante o primeiro semestre de 1919 a inflação foi contida em um patamar baixo. Já a partir de julho até fevereiro do ano seguinte, a inflação cresceu mês a mês, chegando a 56,41% no mês de janeiro de 1920, ocasionada principalmente pelo aumento dos preços dos produtos importados, devido à valorização da moeda norte-americana frente ao marco e, também, por uma desconfiança geral do povo alemão em relação a moeda, uma vez que o Tratado de Versalhes foi assinado em junho de 1919.

Nesse momento, o dólar já se tornara a principal divisa internacional, pois, durante a Primeira Guerra, os Estados Unidos foram o principal financiador da Europa. Grande parte das quantias pagas pela Alemanha em forma de indenização aos Aliados retornava acrescida de juros para os EUA. Assim, os EUA passaram de devedores aos maiores credores do mundo.

A partir de março de 1920, até julho de 1921, a taxa de inflação do país se estabilizou, chegando até à deflação em alguns meses, como podemos observar na tabela 2:

Tabela 2 - Taxa mensal de inflação na Alemanha (1919 – 1924)

Mês	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Janeiro	6,94	56,41	-0,07	5,10	88,68	-7,01
Fevereiro	3,05	34,16	-4,38	11,95	100,68	-0,98
Março	1,48	1,43	-2,76	32,42	-12,48	3,87
Abril	4,38	-8,31	0,90	16,97	6,63	2,80
Mai	3,85	-3,77	-1,36	1,62	56,75	-1,28
Junho	3,70	-8,36	4,43	8,86	137,27	-5,36
Julho	10,06	-1,09	4,54	43,09	285,80	-0,78
Agosto	24,49	60,70	34,24	90,87	1162,31	4,35
Setembro	16,82	3,31	7,82	49,48	2431,67	-5,83
Outubro	14,00	-2,14	19,01	97,21	29607,11	3,14
Novembro	0,64	2,93	38,86	103,86	10121,13	-1,53
Dezembro	18,44	-4,57	2,08	27,82	73,85	1,55

Fonte: VISCONTI (1987, p.8) *apud* Couto e Hackl (2007, p.317)

A inflação voltou com força total, em agosto de 1921. Dois fatos ocasionaram a sua volta: a perda do território da Alta Silésia para a Polônia e o já mencionado Ultimato de Londres, que impôs à Alemanha o pagamento das indenizações da Guerra. O fato fez com que o pânico dominasse a população, trazendo desconfiança em relação ao governo e, por conseqüência, uma corrida ao dólar, desvalorizando ainda mais o marco.

Com a inflação crescente, o *Reichsbank* começou a ter dificuldades em atender a demanda por papel-moeda. O valor da produção do dinheiro se tornou mais caro do que o valor do próprio dinheiro impresso, tornando o processo desfavorável e custoso.

Neste cenário, em que o marco perdia cada vez mais seu valor e as pessoas não depositavam confiança na moeda local, a moeda estrangeira ganhava cada vez mais espaço. Com o passar do tempo, os preços internos demonstraram uma tendência de equiparação com a moeda norte-americana. Era freqüente nessa época o nível dos preços internos se ajustar à flutuação cambial, ou seja, à cotação do dólar.

Havia na Alemanha uma grande dificuldade em ajustar o salário dos trabalhadores, em virtude da velocidade de depreciação do marco. Antes disso, os salários eram negociados em um amplo e eficiente sistema de negociações coletivo, que alcançava cerca de 84% da força de trabalho em diversos setores. Antes da guerra, os contratos normalmente duravam cerca de um ano.

No auge da hiperinflação se tornou praticamente impossível estabelecer contratos por um período significativo de tempo. Estes prazos foram sendo reduzidos com o passar dos anos até serem negociados diariamente! Assim o Ministério do Trabalho sugeriu a adoção do sistema de salários-ouro, totalmente indexados pela taxa de câmbio - que se tornou o principal indexador, visto que era regulada diariamente - e tinham um período de duração de quatro a oito semanas. A mudança ocorreu, primeiramente, nas grandes cidades, visto que elas possuíam maior oferta de moeda estrangeira e, a partir de dezembro de 1923, se estendeu por todo o país.

O processo descrito ficou conhecido como “dolarização”. A respeito dele, Gustavo Franco observou:

“Em uma economia totalmente dolarizada a taxa de inflação em marcos perde significado dado que todas as transações econômicas são indexadas ou designadas em moedas estrangeiras” (FRANCO 1995, p.104)

O processo de dolarização é característico de um cenário de hiperinflação, em que a moeda perde todas as suas funções. Em um contexto de inflação elevada, mas não de hiperinflação, a moeda deixa de exercer em sua plenitude as funções de unidade de conta e reserva de valor, mas ainda é aceita como meio de pagamento. No caso da hiperinflação alemã, a moeda também perdeu, além das já citadas, a função de meio de pagamento, sendo substituída, principalmente pelo dólar.

O setor industrial passou a emitir sua própria moeda, assim como algumas cidades, que começaram a produzir seu próprio dinheiro, tal era a desvalorização do marco. Há relatos mais comuns em que se afirma o uso até de cigarros como meio de pagamento. Outra prática comum, à época, foi as pessoas queimarem dinheiro durante os rigorosos invernos europeus, a fim de aquecer as casas, uma vez que o papel de que o dinheiro era feito tinha mais serventia como fonte de calor do que como meio de pagamento.

Quantitativamente, distingui-se inflação de hiperinflação quando o processo começa no mês em que a inflação excede 50%, e termina no mês anterior em que a inflação é menor do que 50%, além de a taxa permanecer abaixo deste percentual pelo menos durante um ano, ou então, é caracterizada quando os preços sobem acima de 1.000% ao ano, ou acima de 22% ao mês.

Os meses mais críticos da hiperinflação alemã foram durante o ano de 1923, mais precisamente no segundo semestre, no qual o índice de inflação chegou a apresentar, no mês de outubro, a incrível marca de 29.607,11% ao mês!

Com uma inflação inimaginável, na qual os preços eram calculados mais do que uma vez ao dia, causada, principalmente, pelo aumento da impressão de papel-moeda, o valor real da base monetária reduziu-se paulatinamente.

A tabela 3 mostra a evolução da base monetária alemã, isto é, o volume de dinheiro (oferta monetária) criado pelo Banco Central durante o período crítico da hiperinflação. Segundo a tabela, podemos verificar que, logo após a guerra, a base monetária se manteve estável. Contudo, nos anos seguintes, com exceção da primeira metade de 1921, observa-se uma queda contínua, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3 - Valor real da base monetária no período entre 1919 a 1923. 1913=1

	1919	1920	1921	1922	1923
Janeiro	2.670	0.772	0.978	0.600	0.147
Fevereiro	2.590	0.588	1.052	0.564	0.136
Março	2.810	0.680	1.206	0.476	0.238
Abril	2.760	0.749	1.145	0.427	0.298
Mai	2.500	0.802	1.090	0.451	0.250
Junho	2.730	0.987	1.147	0.461	0.210
Julho	2.290	0.948	1.068	0.360	0.143
Agosto	1.820	0.905	0.795	0.239	0.199
Setembro	1.670	0.952	0.827	0.229	
Outubro	1.470	0.967	0.714	0.164	
Novembro	1.240	0.934	0.586	0.130	
Dezembro	1.250	1.074	0.665	0.184	

FONTE: Holtfrerich (1986, p.187).

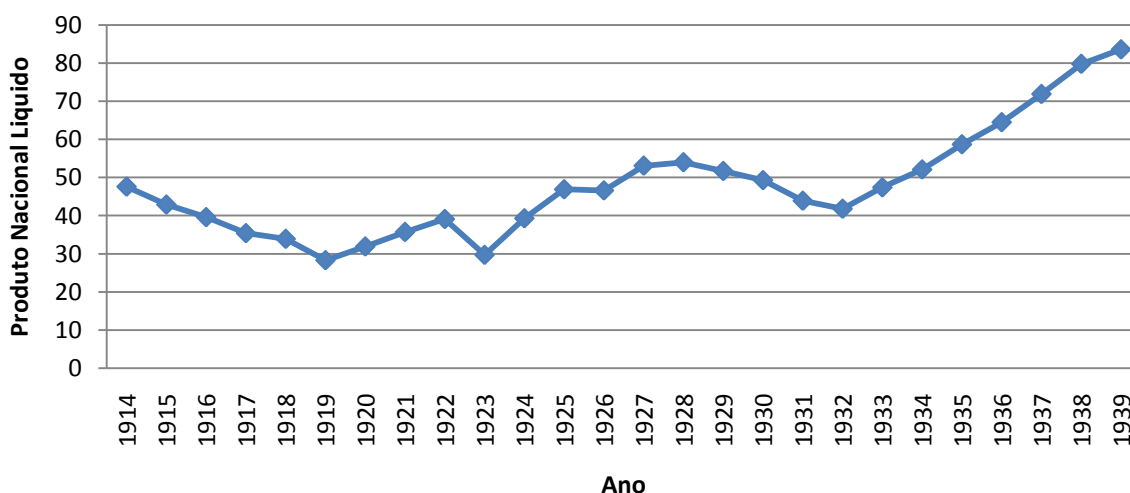
Apesar da inflação crescente, a economia alemã conseguiu crescer. Segundo Feinstein, Temin e Toniolo (1997, p.77) o crescimento do PIB *per capita* alemão entre 1913 e 1929 foi de 0,8%, e o PIB por hora trabalhada foi de 1,4%. Tanto as empresas quanto a classe operária conseguiram tirar benefícios neste período (sem contar a perda real do salário). A inflação e a falta de indexação faziam com que as famílias gastassem seus salários, assim que os recebessem. Com as empresas, a dinâmica foi parecida. Houve uma grande modificação da estratégia empresarial, pois preferiam, ao invés de manter a liquidez em forma de capital de giro, fazer investimentos fixos.

Este fenômeno ocorreu com indústrias de base, como, por exemplo, a mineração, a indústria naval e a agricultura. Com a inflação cada vez mais em alta estes setores investiam seu dinheiro em bens de capital, construindo novas fábricas e aumentando seus estoques, evitando uma posse prolongada de dinheiro líquido. Contudo, este aumento excessivo da produção não pôde ser totalmente absorvido pela economia alemã. Houve desperdício e ineficiência em alguns casos.

Entretanto, a lógica não pôde ser aplicada à indústria de bens de consumo, como, por exemplo, cerveja, carne, têxtil, açúcar e tabaco. Neste caso, a redução do poder aquisitivo das pessoas foi determinante para a diminuição do consumo de tais produtos.

O gráfico 1 apresenta a taxa de crescimento do Produto Nacional Líquido da Alemanha, entre 1914 até 1939. De acordo com o gráfico, o PNL decresceu durante a Primeira Guerra Mundial. A partir de então, houve um crescimento quase constante, com exceção do ano de 1923, auge da hiperinflação e do pós - crise de 1929.

Gráfico 1 - Evolução do PNL (Produto Nacional Líquido). 1914 - 1939.



Fonte: Elaboração própria com dados coletados de SOMMARIVA e TULLIO (1987, p.227).

Neste período, a taxa de desemprego caiu bastante, chegando a quase zero em meados de 1922, como apresentado na tabela 3, pelo alto investimento nas indústrias de base, que conseguiu absorver a mão de obra excedente. O número de bancários subiu exponencialmente no período – outro reflexo da alta oferta de dinheiro – partindo de 100 mil em 1913 para 375 mil em 1923. (USA Gold - *The Nightmare German Inflation*).

Todavia, esta situação foi apenas temporária, já que o consumo estava muito reduzido. Varejistas não conseguiam mais repor seus estoques, porque o dinheiro que recebiam se desvalorizava muito rápido. O mesmo ocorreu com os agricultores. A partir de então, o desemprego voltou a subir. Em novembro de 1923, a Alemanha chegou a ter um milhão e 485 mil desempregados. Para se ter uma noção do aumento, em setembro de 1923 havia apenas 250 mil. Os maiores detalhes estão abaixo, na tabela 4:

Tabela 4 - Desemprego na Alemanha. De 1918 até 1923 (%)

	1918	1919	1920	1921	1922	1923
Janeiro	0.9	6.6	3.4	4.5	3.3	4.2
Fevereiro	0.8	6.0	2.9	4.7	2.7	5.2
Março	0.9	3.9	1.9	3.7	1.1	5.6
Abril	0.8	5.2	1.9	3.9	0.9	7.0
Mai	0.8	3.8	2.7	3.7	0.7	6.2
Junho	0.8	2.5	4.0	3.0	0.6	4.1
Julho	0.7	3.1	6.0	2.6	0.6	3.5
Agosto	0.7	3.1	5.9	2.2	0.7	6.3
Setembro	0.8	2.2	4.5	1.4	0.8	9.9
Outubro	0.7	2.6	4.2	1.2	1.4	19.1
Novembro	1.8	2.9	3.9	1.4	2.0	23.4
Dezembro	5.1	2.9	4.1	1.6	2.8	28.2

FONTE: Holtfrerich, 1986, p.199.

Pode-se afirmar, de acordo com a tabela 4, que os anos com menor índice de desemprego foram: 1918, último ano da primeira guerra mundial e 1922, como dito anteriormente, influenciado pelo alto investimento nas indústrias de base.

Entretanto, em agosto de 1922, ocorreu de maneira unilateral a suspensão dos pagamentos de indenização da guerra por parte da Alemanha, causando uma desconfiança geral da população a respeito da nova administração de finanças do

país, desvalorizando mais o marco, o que levaria ainda mais a Alemanha em direção à hiperinflação.

Outro episódio de igual relevância rumo à hiperinflação foi a emissão descontrolada de papel-moeda com o intuito de não perder o controle do Vale do Ruhr. O fato de a Alemanha não conseguir honrar seus compromissos não agradou a França nem a Bélgica que, sem receberem suas partes da indenização, decidiram tomar, em 11 de janeiro de 1923, o controle das reservas e da produção de ferro, aço e carvão do Vale do Ruhr, uma das regiões mais ricas em minérios de toda a Europa.

A fim de evitar que toda a produção de carvão mineral, aço e ferro fossem entregues aos invasores, a Alemanha decidiu adotar uma estratégia de resistência pacífica frente aos invasores. A solução encontrada foi pagar para as empresas que ficavam no vale do Ruhr, para não produzirem nada. A Alemanha preferia pagar pela não produção a ver a França e a Bélgica receberem facilmente ferro e carvão mineral.

A contrapartida desta resistência, ou seja, o pagamento de salário dos trabalhadores para cruzarem os braços, foi realizado através da emissão de papel - moeda, gerando o que pode ser considerado como o início da hiperinflação alemã.

Em outubro de 1923, 1% da renda do governo veio de impostos e 99% da criação de dinheiro novo. (USA Gold - *The Nightmare German Inflation*).

As conseqüências da hiperinflação na economia alemã foram catastróficas; desemprego, pobreza, falta de mercadorias, redução do poder aquisitivo são só alguns exemplos da distorção pela qual a economia alemã passou. As autoridades sempre consideraram o tratado de Versalhes e suas conseqüências como a principal causa de toda essa situação.

Entretanto há autores como Sennholz (1979) que afirmam que a hiperinflação não pode ser responsabilizada pelas altas indenizações cobradas da Alemanha, pois estes fenômenos são independentes. Nesta conjuntura, o que o governo deveria fazer é, ou aumentar os impostos, ou reduzir gastos, ou até mesmo pedir

empréstimos internacionais. Não havia qualquer necessidade de depreciação da moeda.

Fica claro que as condições de vida da população tenderiam a ser reduzidas, pois tais medidas não necessariamente deteriam a pobreza e o desemprego. Mas o valor da moeda não seria tão fortemente abalado.

O governo alemão preferiu se queixar contra os excessivos fardos impostos à Alemanha e o desfavorável balanço de pagamentos gerado pelos aliados. Novamente citando Karl Helfferich, que era um dos defensores da premissa:

“A inflação e o colapso do câmbio são filhos dos mesmos pais: a impossibilidade de se pagar os tributos impostos sobre nós. O problema de se restaurar a circulação não é um problema técnico ou bancário; é, em última análise, o problema do equilíbrio entre os encargos e a capacidade de a economia alemã suportar esses encargos.” SENNHOLZ (1979, p.159)

Esta explicação, que responsabiliza os pesados encargos impostos sobre a Alemanha, ganhou voz na garganta de uma população pobre, desesperada, com vontade de vingança e com o nacionalismo extremado, ingredientes fundamentais para a eclosão da Segunda Guerra Mundial, que, na realidade, é apenas a segunda parte do primeiro conflito, terminado de forma mal resolvida.

Capítulo III: O combate à hiperinflação

A 'Era da Inflação' é, para todos os que ainda se lembram: bloqueio da entrada de alimentos no país, entrega de bens a potências estrangeiras, inexistência de direitos políticos, revolução social, enriquecimento repentino de figuras obscuras. Perda substancial das classes até então abastadas, empobrecimento da pequena, média e alta burguesia. Corrupção entre políticos e funcionários públicos, negociatas políticas entre os partidos, as Forças Armadas e os ministérios. Mortalidade infantil crescente, criminalidade crescente, jovens deformados por causa do raquitismo, morte prematura dos idosos. Tudo isso e muito mais está contido nas palavras 'Era da Inflação'. SCHACHT (1999, p. 219) *apud* COUTO e HACKL (2007, p.323)

3.1 – O dinheiro de emergência

Durante a hiperinflação alemã, diversos tipos de moedas privadas e semi-oficiais serviram como alternativa ao marco alemão. No início de 1923, entidades públicas e empresas privadas emitiram empréstimos de “valores-físicos” ou “títulos de dívida” denominados em centeio, carvão, trigo, cevada, entre outros, mas cotados em marcos de acordo com a cotação diária desses produtos. O propósito principal era, simplesmente, que esses títulos servissem como meio de pagamento. O trâmite funcionava da seguinte maneira: alguma entidade emitia um título cotado em marcos e equivalente a X Kg do produto escolhido. Essa quantia seria resgatada depois de certo período de tempo (normalmente descrito em anos), em marcos, e seria equivalente a X+Y Kg, de forma que o Y era a quantia que representa o montante de juros acrescido ao total no resgate.

O valor desses títulos permanecia mais ou menos constante, mesmo durante o período inflacionário. Isso se deveu ao fato dessas mercadorias terem seus preços cotados em dólar no mercado internacional. É importante observar que esses títulos não eram conversíveis nessas mercadorias, e sim que serviam apenas para proporcionar um índice de preços pelo qual os títulos eram indexados.

Com seu valor garantido, visto que era cotado em dólar, este título, além de ser indexado, possuía reserva de valor e servia como meio de pagamento, ou seja, circulava como uma moeda normal.

Percebendo que estes títulos estavam funcionando bem como moeda indexada, o governo resolveu emitir seus próprios títulos com o intuito de obter divisas estrangeiras para sustentar o valor do marco. A diferença dos empréstimos do governo para o anterior era o fato de que, agora, estes títulos seriam diretamente indexados ao dólar, e não mais em produtos agrícolas. Com isso o título emitido pelo governo estava com todas as funções de moeda, pois além de reserva de valor e meio de pagamento, também possuiria a característica de unidade de conta, visto que era indexado em moeda estrangeira. Esses títulos ficaram conhecidos como empréstimos-ouro.

No entanto, o governo emitiu estes empréstimos com valor muito alto, o que impediu seu uso como forma de pagamento. Outro fator marcante para o insucesso deste título foi que não contribuiu para um aumento significativo das reservas internacionais alemãs. Somente metade do total de 50 milhões de dólares emitidos foi subscrito imediatamente, e as reservas internacionais encontravam-se no período em torno de 240 milhões de dólares. FRANCO (1995, p. 110)

Para tentar contornar a situação, o governo autorizou, através de um decreto que ficou conhecido como a Lei das “Moedas de Emergência”, os bancos comerciais a emitirem suas próprias moedas de “valor constante” ou *wertbeständige*s que seriam lastreadas por esses títulos emitidos pelo governo. Desta forma, os bancos seriam os responsáveis por reduzir as denominações dos empréstimos oficiais através da emissão de seus próprios *wertbeständige*s. FRANCO (1995, p.111)

Observando-se a tabela 5 pode-se notar a composição da oferta monetária, vista como o conjunto de todos os ativos monetários que desempenham a função de meio de pagamento.

Tabela 5 - Composição aproximada da oferta de moeda em novembro e dezembro de 1923 (em milhões de dólares)

	Novembro	Dezembro
Wertbeständigos privados	14.71	30.02
Notas do empréstimo ouro	65.6	113.0
Notas do sistema ferroviário	2.4	33.8
Moedas estrangeiras	440.0	440.0
<i>Rentenmarks</i>	-	199.4
Total de notas de "moedas de emergência"	522.7	816.6
Moeda comum*	41.2	125.8
Total	563.9	942.4

Fonte: FRANCO (1995, p.112)

*inclui notas do *Reichsbank notgeld* sem cláusulas de "valor estável".

Franco (1995, p. 112) explica que os *wertbeständigos* privados obtiveram uma grande elevação, logo após o governo autorizar as emissões privadas. As moedas estrangeiras apontadas nesta tabela são uma estimativa assentada na seguinte análise: o historiador alemão C. L. Holtfrerich reporta uma estimativa entre 476.4 milhões e 714.6 milhões de dólares e Bresciani-Turrone apresentou algo em torno de dois valores muito distantes, ou seja, 120 milhões e 950 milhões de dólares. De acordo com os dados do balanço de pagamentos recolhidos pela Liga das Nações, um volume de aproximadamente 286 milhões de dólares de divisas foi "exportado" entre 1924 e 1925. Isso correspondia a uma parte substancial do estoque de divisas estrangeiras, sob a forma de reservas internacionais ou em circulação no final de 1923 na Alemanha. A maior parte dessas reservas apareceu nas estatísticas do balanço de pagamentos para os anos posteriores como saídas não explicadas, as quais totalizaram 176 milhões de dólares em 1925.

Um fato interessante a destacar na tabela 5 é o insignificante valor do estoque de marcos em circulação no início do período de estabilização, em comparação com o estoque de moedas estrangeiras. Embora, em 1922, os diversos substitutos da moeda nacional estivessem longe de permitir seu abandono total, em outubro de 1923, após a emissão do título do governo em agosto, seria observado que a República de Weimar poderia declarar oficialmente o abandono do marco.

A disseminação de moedas estáveis e o notável crescimento da circulação de moedas estrangeiras marcaram a destruição total da moeda nacional, que já havia perdido suas propriedades monetárias de reserva de valor e unidade de conta, e nesse momento perdia até mesmo sua função como meio de pagamento. FRANCO (1995, p.113)

O caos monetário e a evolução da inflação, tanto ao consumidor quanto ao comerciante, podem ser observados na tabela 6:

Tabela 6 - Taxas mensais de inflação e depreciação cambial, 1923 (%)

Meses	Preços ao consumidor	Preços por atacado	Taxa de cambio
Janeiro - Março*	69	59	49
Abril - Junho*	44	67	81
Junho	100	132	137
Julho	395	221	285
Agosto	1.459	1.208	1.162
Setembro	2.460	2.035	2.432
Outubro	24.280	24.432	29.607
Novembro	17.865	8.600	10.121

FONTE: Holtfrerich, 1986, p.187.

* média mensal para o trimestre.

Observando-se a tabela 6, nota-se que, a partir de agosto, a inflação entrou na casa dos quatro dígitos, justamente na época em que as moedas de emergência começaram a ganhar força por toda a Alemanha. O marco se tornou uma espécie de “batata quente” que nenhum agente econômico queria receber.

Sobre a desvalorização do marco alemão, Schacht escreveu:

“Logo chegou o dia em que era necessária uma nota de um bilhão de marcos para comprar uma passagem de bonde. Inúmeras cidades e firmas passaram a imprimir seu próprio ‘dinheiro de emergência’ e com ele pagar despesas. O *Reichsbank* não pôde recusar-se a aceitar aquele dinheiro em seus caixas e a tratá-lo como de igual valor que as próprias cédulas. Tornou-se impossível controlar o dinheiro de emergência emitido. Toda a circulação de meios de pagamento se tornou um caos”. SCHACHT (1999, p. 222) apud COUTO e HACKL (2007, p. 319)

3.2 - O Rentenmark

Em um contexto de total colapso monetário, tal qual se encontrava a Alemanha, no começo da década de 1920, uma grande quantidade de planos para a estabilização do marco começou a surgir. Entretanto, a enorme cifra em que chegou a inflação na segunda metade do ano de 1923, obrigou o governo alemão a cogitar o que, até então, era impensável: um plano para a estabilização monetária sem uma renegociação da dívida da guerra.

Entre as propostas em discussão havia algumas que se baseavam na criação de uma nova moeda, que seria lastreada em ouro. Todavia, havia dois pontos negativos a essa idéia: o baixo estoque de reservas do *Reichsbank*, principalmente pela tentativa de manter o câmbio estável durante a resistência pacífica do Ruhr, e o fato de que seria necessária a criação de um novo banco emissor; porém, não havia como garantir seu financiamento.

O influente professor e deputado Karl Helfferich propôs, como alternativa à idéia ortodoxa de uma moeda lastreada em ouro, a criação de uma nova moeda indexada, mas não conversível, ao preço do centeio. Este plano se assemelha aos empréstimos-ouro, lançados pelo governo e com os empréstimos de “valores-físicos”, lançados por entidades públicas e empresas privadas,

Na sua concepção original, a nova moeda seria lastreada em estoques de grãos, essencialmente centeio, e se chamaria *roggenmark* (marco-centeio). Para a emissão das novas notas, propôs-se a criação de um novo banco emissor, cujos responsáveis seriam importantes entidades da sociedade alemã, incluindo grupos econômicos de diversos setores, tais como a agricultura, comércio, indústria e finanças. Tal fato obteve uma importância psicológica muito grande sobre a população, já que esta via no novo banco grande parte da riqueza da Alemanha. O banco ganhou o nome de *Rentenbank* e sua função era emitir títulos hipotecários indexados ao preço do centeio (*rentenbriefe*). Os títulos, contudo, não seriam denominados em pequenos valores, como nos outros empréstimos, anteriormente citados. No caso, seriam emitidas notas em pequenas denominações, as

roggenmark, de modo a circular como meio de pagamento, e que seriam 100% conversíveis nestes títulos.

Entretanto, para muitos economistas, o *Rentenmark* não possuía qualquer tipo de lastro. Couto e Hackl (2007) expõem que Gustavo Franco elaborou um resumo do pensamento de alguns economistas sobre o *Rentenmark*: para Bresciani-Turroni (1989), as garantias do *Rentenmark* eram simplesmente fictícias; o *Rentenmark* era um papel sem nenhum lastro. Já Webb (1989) qualificou o experimento de “fábula”: o *Rentenmark* não era conversível nem lastreado em ouro. Sargent dizia que “embora tenha se atribuído um extraordinário efeito psicológico a essa mudança de unidade, é difícil atribuir qualquer efeito substancial ao que nada mais era que uma medida cosmética”. Angell referiu-se ao *Rentenmark* como um truque de expectativas. Stolper definia-o como um artifício psicológico e Graham como “nada mais que um novo tipo de papel inconvertível”. FRANCO (1999, p. 33) *apud* COUTO e HACKL (2007, p. 321).

Esta nova idéia para a estabilização monetária era mal vista por grande parte da cúpula do governo. Entretanto, para o então Ministro das Finanças, Hans Luther e seu Secretário da Moeda, Hjalmar Schacht, a idéia possuía muitas chances de sucesso, pois, uma vez que se fundamentava em uma experiência já bem sucedida, como os *wertbeständiges*.

A respeito das críticas que sua idéia recebeu, Helfferich declarou que “Temos que tentar esse esquema sem esperar uma melhora nas condições econômicas e políticas ou uma solução no problema das reparações de guerra, mesmo sabendo que a reorganização e a solução das reparações formam uma condição *sine qua non* para a salvação permanente de nosso sistema monetário.” E continuou “A experiência que tem sido realizada com o *Rentenmark* é um empreendimento de alto risco: é um salto sobre um precipício, estando a margem oposta completamente encoberta pela névoa.” FRANCO (1995, p. 114)

Para colocar a idéia em prática, houve uma mudança no plano original. Ao invés de se usar o centeio como indexador, optou-se pelo dólar, que era um indexador superior. Isto significa que a nova moeda estaria com um indexador mais estável, o que passaria uma maior confiança, não só para o povo alemão, mas

também para o cenário internacional. Todavia, a nova moeda continuaria tendo seu valor atrelado ao preço do centeio, embora não fosse mais conversível a ele. A idéia de ligar o valor da nova moeda ao centeio tinha um aspecto muito importante que não se podia ignorar, pois apelava à psicologia da comunidade rural de cujo suporte político o governo dependia, como observou Schacht, à época. A partir desta mudança, o nome da nova moeda foi alterado para *Rentenmark* (marco-renda).

No dia 15 de novembro de 1923 o governo anunciou a tão esperada reforma monetária. O *Rentenmark* funcionou, ao menos no início, como um indexador, visto que as notas demoraram cerca de um mês para ficarem prontas.

Esta medida alcançou um sucesso inimaginável, sendo considerada por muitos alemães, como um “milagre”. Schacht classificou a aceitação do povo como extraordinária e fundamental para o sucesso da nova moeda. Além disso, a nova moeda pôde ser implantada com sucesso, devido ao fato de suas emissões terem sido controladas e de algumas reformas fiscais, as quais ajudaram a equilibrar o déficit público.

A emissão total autorizada de *Rentenmark* foi limitada a 762 milhões de dólares, volume que, se adicionado ao estoque de reservas internacionais do *Reichsbank*, em novembro de 1923, somaria um total de 870 milhões de dólares, proporcionando uma “cobertura” para aproximadamente 70% da demanda por moeda a preços constantes, cujo valor, estimado com base nos totais observados em 1926-27, era de 1 bilhão e 260 milhões de dólares. FRANCO (1995 p. 123)

Após a criação da nova moeda, partiu-se rumo à estabilização dos preços. No dia 20 de novembro de 1923, dia histórico da estabilização monetária alemã, ocorreu o congelamento da taxa de câmbio: a nova moeda foi cotada em um *Rentenmark* por um trilhão de marcos. Como nesse dia 1 dólar alcançou 4,2 trilhões de marcos, 1 *Rentenmark* ficou cotado a 4,2 dólares. Esta fixação da taxa de câmbio foi o principal fator que decretou o fim da hiperinflação alemã, porque a economia estava altamente dolarizada, e fez com que a estabilidade do câmbio fosse transmitida para os preços domésticos.

Na mesma data, o presidente do *Reichsbank*, Rudolf Havenstein, faleceu. Para seu lugar foi cotado Hjalmar Schacht que aceitou o cargo de presidente vitalício do Banco Central Alemão. Schacht assumiu o posto no dia 22 de dezembro de 1923.

Para completar a estabilização monetária era preciso, ainda, pôr fim ao dinheiro de emergência (*notgeld*), utilizado pelo setor público e por empresas privadas com o objetivo de criar um meio de pagamento alternativo ao marco, extremamente desvalorizado. Entretanto, na opinião do próprio Schacht, seria uma etapa difícil de alcançar, devido ao fato de que os empresários tiraram muitas vantagens com os *notgeld*. Contudo, o *Reichsbank* declarou que não aceitaria mais o dinheiro de emergência como fazia anteriormente, tornando inútil sua emissão e circulação. Os empresários, principalmente da região industrial da Renânia-Vestfália, sentiram o “golpe” e fizeram muitas reivindicações. Entretanto, sob o discurso de tornar a moeda alemã mais uma vez estável, Schacht conseguiu convencê-los e foi, novamente, bem sucedido.

“Admito que a interrupção do dinheiro de emergência lhes causa transtornos, embaraços e dificuldades. Porém nenhum de seus argumentos tem importância em face das necessidades de tornar a moeda alemã novamente estável (...). A grande massa do povo alemão trabalhador tem de recuperar, com uma moeda estável, um chão firme sob os pés. Por isso concluo a discussão de hoje com a declaração irrevogável de que o *Reichsbank* permanecerá em sua decisão de rejeitar o dinheiro de emergência. Os senhores terão que se acostumar de novo a dirigir suas casas com cifras monetárias estáveis”. SCHACHT (1999, p. 242) *apud* COUTO e HACKL (2007, p. 322)

Contudo, o *Rentenmark* foi uma moeda transitória. Sua principal função foi indexar os preços, através da estabilização da taxa de câmbio. Em 30 de agosto de 1924 foi promulgada uma lei que tornava o *reichsmark* a moeda oficial, a partir de 11 de outubro do mesmo ano. A relação entre as duas moedas foi de um *Rentenmark* para um *Reichsmark*. O processo de substituição do *Rentenmark* foi lento. O *Reichsbank* estabeleceu um limite máximo de dez anos para sua retirada total da economia alemã. E foi somente em 23 de agosto de 1926 que o *Reichsmark*

abandonou o sistema de âncora que vinha sendo adotado até então, e passou a flutuar de acordo com as variações do câmbio. Até então, era mantida uma paridade fixa, a fim de garantir sua equivalência com o dólar.

Este processo de introdução de uma moeda indexada serviu como base para a introdução do Plano Real no Brasil. Entretanto, há uma diferença importante a se destacar entre os dois casos. Na Alemanha, o *Rentenmark* foi impresso e depois substituído pelo *Reichsmark*, enquanto no Brasil, a URV (Unidade Real de Valor) serviu como unidade de conta e não como meio de pagamento, uma vez que não ocorreram emissões. A URV durou apenas quatro meses (de 1º de março a 1º de julho, de 1994), quando foi lançado o Real, já com seu valor estabilizado graças à URV.⁶

3.3 – Plano Dawes, Plano Young e a Crise de 1929

A indústria alemã, que sempre demonstrou grande eficiência, estava em um período de baixa produção, devido ao período da hiperinflação. Para tentar contornar a situação, Schacht propôs a criação de um novo banco, cujo propósito seria financiar a produção industrial, principalmente da região da Renânia-Vestfália, e com isso, revitalizar a economia alemã como um todo. Para ilustrar o que seria este novo banco, Couto e Hackl (2007, p.324) afirmam que seria o equivalente ao BNDES no Brasil.

A estimativa para viabilizar o projeto era de 200 milhões de marcos. Como a Alemanha não dispunha deste total, precisou captar no exterior parte deste capital. O presidente do Banco Central Inglês, Montagu Norman, concedeu metade deste

⁶ A URV era uma unidade de referência ou de indexação, cuja variação diária em Cruzeiros Reais era determinada por uma “banda” formada pela média da variação do mês anterior do IGP-M, da FGV, do IPCA, do IBGE, e do IPC, da FIPE. Inicialmente, uma URV foi fixada em CR\$ 647,50, ou um dólar. A URV variava diariamente, conjuntamente com o dólar, conforme definido pelo Banco Central e anunciado com a antecedência de um dia. O objetivo da URV era o de restaurar a função de unidade de conta da moeda, buscando a regeneração da moeda no Brasil, adotando-se um único índice oficial de indexação. Embora a URV fosse uma unidade de conta, todos os pagamentos e movimentações bancárias continuavam sendo feitos em Cruzeiros Reais (FRANCO, 1995, p.42).

valor, com juros de 5% ao ano. A outra metade Schacht conseguiu dentro da própria Alemanha, com recursos do *Reichsbank*. O *Golddiskonbank*, como foi nomeado, começou a funcionar no dia treze de março de 1924 e, até o fim da Segunda Guerra Mundial, contribuiu com sucesso, como um instrumento do *Reichsbank*, para o apoio à moeda e para o fomento da exportação alemã. SCHACHT (1999, p. 262) *apud* COUTO e HACKL (2007, p. 324)

Não obstante, era unânime na Alemanha o pensamento de que não se podia alcançar uma estabilidade monetária duradoura sem um acordo a respeito das reparações da guerra, e Schacht o sabia muito bem. No mesmo ano de 1924, realizou-se em Paris a Conferência Dawes, presidida pelo norte-americano Charles Gates Dawes. Esta conferência foi composta por membros representativos de cinco países, sendo eles: França, Bélgica, Inglaterra, Estados Unidos e Itália. O objetivo da conferência foi renegociar e viabilizar os pagamentos da dívida alemã com os Aliados, referentes à Primeira Guerra Mundial. Schacht esclareceu aos membros do comitê a situação da economia alemã, naquele momento. Afirmou que os maiores problemas enfrentados eram o fornecimento forçado de mercadorias para o exterior, a ocupação da região do Ruhr e a inflação.

Em agosto de 1924 o Comitê chegou a um acordo. Seus principais pontos foram: a região do Ruhr seria desocupada pelas tropas Aliadas; o montante das indenizações seria reduzido (o montante a ser pago anualmente seria de 1 bilhão de marcos-ouro nos quatro primeiros anos, e, depois, 2,5 bilhões pelos anos seguintes); o *Reichsbank* seria reorganizado e estaria sob supervisão dos Aliados; seriam disponibilizados à Alemanha empréstimos provindos majoritariamente dos EUA (algo em torno de 800 milhões de marcos-ouro); criação de novos impostos dentro da Alemanha para sanear o déficit público.

Enquanto a Conferência era realizada, o *Rentenmark* passava por um forte processo especulativo, e seu valor já mostrava um deságio de aproximadamente 15% em relação ao dólar. O *Rentenmark* era vendido no exterior em troca de moedas estrangeiras, através de especuladores alemães. Com o objetivo de acabar com a especulação, Schacht suspendeu todo crédito do *Reichsbank*. Claro, tal estratégia não agradou à população, que chegou a rotular Schacht de “carrasco da economia alemã”. No entanto, 57 dias depois, o processo especulativo foi vencido.

Com o sucesso alcançado a partir de 1924 devido ao Plano Dawes e o respeito que o *Reichsbank* conseguiu durante a administração de Schacht, uma onda de capital externo começou a ingressar de volta na Alemanha, recolocando o país no mercado internacional de crédito. Entre 1924 e 1928, a Alemanha recebeu entre 18 e 19 bilhões de marcos, o equivalente a 4,5 bilhões de dólares. Destes, 6,8 bilhões de marcos foram empréstimos de longo prazo, enquanto seis bilhões foram de curto prazo e 5,5 bilhões referentes a vendas de títulos nacionais a estrangeiros. Do total de empréstimos de longo prazo, 60% foram ofertados de governos e empresas estrangeiras. FRIEDLAENDER e OSER (1957, p. 473)

Empréstimos eram concedidos à Alemanha com quase nenhuma restrição, provindos de banqueiros estrangeiros. O dinheiro absorvido do exterior era captado por empresas, tanto privadas quanto públicas, cidades e comarcas com o intuito de se investir em obras públicas, as quais não rendiam divisas estrangeiras para o futuro pagamento das reparações. Este capital estrangeiro que ingressava na Alemanha era trocado pelo *Reichsbank* por dinheiro alemão, e formava um fundo pelo qual as reparações eram transferidas. Assim, os políticos estrangeiros recebiam o dinheiro que os capitalistas estrangeiros haviam emprestado à Alemanha.

Devido a isto, as reparações passaram a ser pagas com capital estrangeiro que ficava no *Reichsbank*, quando trocado por moeda local. Assim sendo, o país não pagava as reparações com o excedente da exportação e, sim, com o dinheiro emprestado. Na visão do próprio Schacht, era só questão de tempo até que a Alemanha não tivesse mais condições de efetuar pagamento em moeda estrangeira.

Schacht acreditava que o dinheiro que entrava na Alemanha deveria servir para as empresas aumentarem a produção, comprando do exterior matéria-prima e bens de capital, para viabilizar a reconstrução da indústria, e, conseqüentemente, aumentar a exportação, podendo, assim, pagar as reparações com o excedente da balança comercial. Afirmava também que o uso de capital externo para comprar bens industriais fora da Alemanha prejudicava a criação de empregos. Durante o período de 1925 a 1929 o desemprego ficou acima de um milhão, apesar de a economia crescer. Durante o período, o maior objetivo do *Reichsbank* foi tentar

controlar, sem sucesso, a entrada de empréstimos desnecessários, a fim de manter a dívida externa sob controle.

Ao perceber que a Alemanha pagava suas dívidas com dinheiro emprestado e não com o excedente da balança comercial, o Comitê de Reparações convocou uma nova conferência, realizada no primeiro semestre de 1929, novamente em Paris.

Esta nova conferência foi presidida pelo também norte-americano Owen Young, com apoio direto do banqueiro J.P. Morgan Jr.. A Conferência tinha duas questões centrais a serem discutidas: o valor das reparações e a capacidade de a Alemanha transferi-las para o exterior, sem prejudicar a economia interna.

Durante a conferência, a delegação alemã, sob orientação de Schacht, propôs a criação de um banco internacional que teria como objetivo distribuir as reparações da guerra, mas que, também, fornecesse empréstimos a países subdesenvolvidos, com o único objetivo de estes comprarem equipamentos industriais produzidos na Alemanha, a fim de fomentar a indústria local.

A proposta de Schacht foi incluída nas negociações, porém, o comitê exigiu da delegação alemã um memorando, afirmando quanto o país seria capaz de pagar em indenização. Na declaração, a Alemanha expôs que seria muito difícil arcar com uma conta alta, devido às perdas territoriais. O comitê entendeu que esta declaração sugeria que a Alemanha queria ter de volta seus territórios perdidos no Tratado de Versalhes, o que gerou um grande mal-estar durante a Conferência.

O resultado da Conferência foi o Plano Young, que criou o BIS (*Bank for International Settlements*), em novembro de 1929, auxiliando a Alemanha na distribuição das reparações para os países aliados. Também, reduziu as reparações para 1,5 bilhões de marcos-ouro ao ano; no entanto, o valor total a ser pago subiu para 121 bilhões de *Reichsmark* (US\$ 26,4 bilhões), a serem pagos em 58 anos. Ao fim do encontro, Schacht se opôs à assinatura do Plano, considerando o valor das indenizações incompatíveis com a capacidade de pagamento da Alemanha. Porém, o governo alemão deu ordens para que o Plano fosse concretizado, pois, desta

forma, os aliados deixariam a região da Renânia, criando um clima melhor entre os dois lados.

Contudo, entre o acordo e a aplicação do Plano, ocorreu a quebra da bolsa de *Wall Street*, em Nova Iorque, fazendo com que os Estados Unidos recolhessem todo o dinheiro da Europa e cancelassem todo crédito que viabilizaria o Plano Young.

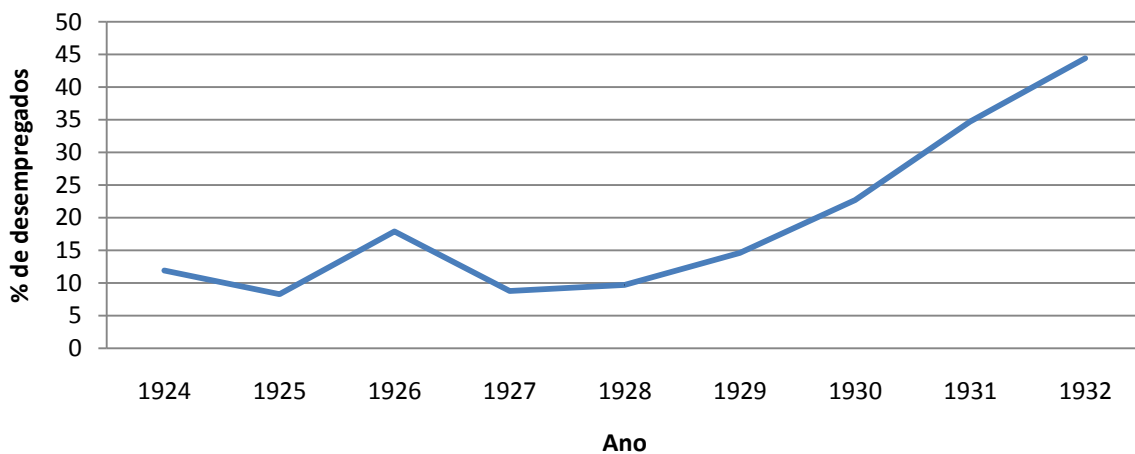
Logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, os EUA despontaram como a maior potência do mundo. Todos os países capitalistas possuíam negócios com os norte-americanos, de modo que a crise de 1929 abalou todos os países capitalistas do mundo, inclusive a Alemanha.

Os EUA, pós-1918, passaram a ser os maiores credores do mundo capitalista, uma vez que emprestaram dinheiro aos países europeus, durante a Primeira Guerra. Para pagar seus débitos com os EUA, as nações vitoriosas receberam quase dois bilhões de dólares em indenizações da Alemanha, no período entre 1924 e 1929, repassando o dinheiro para os EUA, na forma de pagamento das dívidas da guerra. Para compreender melhor o aumento do nível de divisas dos EUA em 1913, antes da guerra, sua reserva de ouro era de 26,6% do total mundial. Em 1924, já era de 45,7%. EICHENGREEN (2000, p. 62)

Entre 1923 e 1928, as reservas de ouro da Alemanha mais que triplicaram passando de 1,3% para 6,5% (do total mundial) em 1928. Fato ocorrido porque o *Reichsbank* conservou alta a taxa de juros, como medida para tranquilização da população e atração de investimentos externos. Como consequência desta entrada de capital externo, as reservas de ouro subiram bastante. Entretanto, após a crise de 1929, o estoque de divisas do *Reichsbank* se esgotou rapidamente, em função da retirada de capital estrangeiro da Alemanha, provindos da enxurrada de empréstimos pós Plano Dawes. Bancos e empresas faliram, aumentando o desemprego. Em 1932 chegou a seis milhões de trabalhadores, cerca de 40% da força de trabalho. As exportações, que antes da crise chegaram à cifra de 13 bilhões e 700 milhões de dólares, caíram para 9 bilhões e 700 milhões, em 1933. A produção industrial, que antes da crise acumulou 113% desde 1913, caiu 39% em 1929. EICHENGREEN (2000 p. 64)

O gráfico 2 ilustra o aumento do número de desempregados na Alemanha durante o período de 1924 a 1932. Nota-se, claramente, um aumento súbito a partir do ano de 1929, com o *crash* da bolsa de Nova Iorque.

Gráfico 2 - Número de desempregados entre 1924 a 1932 (em %)



Fonte: Elaboração própria com dados coletados de RICHARD (1983, p.279)

Por não concordar com as novas renegociações do Plano Young logo após a crise de 1929, Schacht pediu demissão da presidência do *Reichsbank* a 2 de abril de 1930.

O Plano Young acabou sendo tão odioso para os alemães que muitos atribuem a ele a pré-condição para a ascensão de Hitler ao poder. Fritz Thyssen, um dos mais importantes industriais nazistas, declarou:

"Eu me voltei para o Partido Nacional Socialista somente depois que me convenci que a luta contra o Plano Young era essencial para conseguir evitar o total colapso da Alemanha." (THYSSEN 1942, p. 47)

O povo alemão que já sofrera as fortes conseqüências do Tratado de Versalhes, já conhecera as terríveis mazelas da hiperinflação e que, naquele momento da história era posto à frente da maior crise econômica que o capitalismo

já produzira, se encontrou, por assim dizer, totalmente desamparado. Pode-se afirmar que a crise de 1929 é o fato histórico que abriu as portas para regimes totalitários na Itália, com Benito Mussolini e na Alemanha, com a ascensão do Partido Nacional Socialista ou, Partido Nazista, sob a liderança de Adolf Hitler.

Capítulo IV: A ascensão do Nazismo e o *III Reich*

“O que o Rei conquistou, o Príncipe constituiu, o Marechal-de-Campo defendeu e o Soldado salvou e unificou’. Estes eram os dizeres de um cartão postal vendido em Nuremberg. Aqui o Rei é a representação de Frederico, o Grande. O Príncipe refere-se a Bismarck. Marechal-de-Campo ao velho herói Hindenburg e, por fim, o Soldado é Hitler. O povo alemão encarava Hitler não só como salvador e unificador, mas também o igualava a figuras importantíssimas da história alemã. A Alemanha de Hitler era encarada como uma seqüência lógica, uma etapa que deveria ser seguida dos gloriosos tempos do Império Alemão.” SHIRER (1963 p.147)

Os primeiros anos da década de 1930 foram economicamente catastróficos para todos os países capitalistas do mundo. A crise de 1929 começou a se espalhar e abalou toda a estrutura de comércio internacional, sobretudo na Alemanha, porque o grande fluxo de empréstimos, principalmente, provindos dos EUA, cessou. O pagamento de dívidas antigas fez-se necessário. A estrutura financeira alemã não suportou a situação, além das novas reivindicações do Plano Young. Em julho de 1931, as reservas do *Reichsbank* se esgotaram. Bancos e empresas faliram e muitos empréstimos estrangeiros não foram pagos. O contexto não era bom e as perspectivas econômicas para o futuro, nada animadoras.

Sob o pretexto de afastar a ameaça comunista e alçar novamente a Alemanha a um patamar elevado, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* ou N.S.D.A.P.) crescia em influência e em número de filiados. Todavia o caminho ao poder não foi dos mais fáceis. O episódio que ficou conhecido como o “Putsch” da Cervejaria foi a primeira tentativa (frustrada) dos nazistas de tomar o poder, em novembro de 1923. Hitler e outros membros do partido foram presos e, durante seu período de cárcere, Hitler escreveu o livro *Mein Kampf* (Minha Luta), tido como seu guia de terror, no qual expressou sua ideologia fascista e anti-semita. Hitler foi solto depois de nove meses.

Logo após ser posto em liberdade, Hitler passou a buscar, incessantemente, novos membros para o Partido. Em 1925 contava com 27 mil associados. Em 1926, 49 mil; 72 mil, em 1927; 108 mil, em 1928; 180 mil, em 1929. SHIRER (1963)

Em meio ao caos que se instalou na Alemanha, por conta da crise de 1929, a esperança da população em reerguer o país se refletiu nas eleições parlamentares de 14 de setembro de 1930. O Partido Nazista conseguiu 6.409.600 de votos, o que rendeu 107 cadeiras no *Reichstag*, o Parlamento Alemão. Dois anos antes, o partido recebera 810 mil votos e possuía apenas 12 cadeiras. Passou da condição de menor partido, para o segundo maior do *Reichstag*. A força do partido nazista estava nas mãos da classe operária. Dos 849 mil filiados, em 1933, 31,5% eram operários. SHIRER (1963)

A ideologia nazista já era uma realidade na Alemanha. É comum em tempos de crise as pessoas se apegarem a algum tipo de radicalismo, que lhes ofereça um futuro promissor. Era exatamente isso que o Partido Nazista fazia. Com discursos calorosos, vibrantes e repletos de radicalismo, sem contar com uma propaganda partidária bastante persuasiva, Hitler e os altos comandantes do partido conseguiram fazer do povo o seu maior aliado. A população alemã, acostumada com um fervor nacionalista exacerbado e que, durante a República, se encontrava acuada, pôde, através do sistema de idéias nazista voltar a acreditar em uma Alemanha forte e próspera. Em um de seus primeiros discursos, por exemplo, Hitler pediu ao povo alemão quatro anos para reformar o país e alçá-lo à sua antiga posição.

Confiante no sucesso eleitoral dos nazistas, Hitler, já líder do partido, concorreu ao cargo de presidente, em abril de 1932. Entretanto, Paul Von Hindenburg foi reeleito, com 53% dos votos, contra 36,8% para Hitler, mas nas eleições parlamentares de 31 de julho, o partido nazista ganhou 13.745.000 votos, o que representava 43,9% do eleitorado. O partido nazista ficou com 230 cadeiras no *Reichstag*, tornando-se o maior partido político do país.⁷

Tornava-se cada vez mais iminente a ascensão nazista ao poder. Braço direito, amigo íntimo de Hitler e idólatra da filosofia nazista, Joseph Goebbels expressou seu entusiasmo em vista do crescente poder do partido nacional-socialista: “Uma vez no poder, jamais o abandonaremos. Terão que carregar para

⁷ O parlamento alemão (*Reichstag*) possuía 608 cadeiras no total. Os social-democratas ficaram com 133 delas. O partido comunista conquistou 89 cadeiras no *Reichstag*. O partido centro católico passou a ter 73 lugares. O restante dos partidos não conseguiu uma representação significativa. SHIRER (1963).

fora dos ministérios nossos cadáveres.” Também é dele a célebre frase, cunhada já na cadeira do Ministério da Educação Popular e Propaganda Nazista: “Uma mentira contada mil vezes, torna-se verdade.” SHIRER (1963)

O parlamento alemão encontrava-se dividido basicamente entre as ideologias do nazismo e do comunismo. Para poder governar, o Executivo era forçado a driblar o Parlamento com decretos de emergência, visto o clima explosivo dentro do *Reichstag*. Os industriais e proprietários rurais, cansados do impasse no governo, preferiam trocar a república por um governo autoritário. A partir de então, passaram a financiar Hitler, pois acreditavam que poderiam controlá-lo e iriam se aproveitar de seu apelo popular. Com o apoio das elites e com o partido nazista sustentando o status de maior do Parlamento, Hindenburg não suportou a pressão e, recorrendo ao artigo 48 da Constituição de Weimar, que permitia que o presidente dissolvesse o Parlamento e nomeasse um chefe do governo, caso assim entendesse necessário, nomeou, em 30 de janeiro de 1933, Hitler como Chanceler.

Apenas um mês depois de assumir o cargo, um incêndio criminoso destruiu o prédio do Parlamento alemão. Hitler culpou os comunistas, perseguindo-os assim como fez também com seus opositores políticos. Em 14 de julho Hitler decretou a seguinte lei:

“O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães constitui o único partido político da Alemanha. Aquele que tentar manter ou formar um novo partido será punido com trabalhos forçados por três anos ou com prisão de seis meses a três anos, se a ação não estiver sujeita a penalidade maior, de conformidade com outros regulamentos.”

Com menos de dois meses no poder, Hitler já reduzira toda a oposição do país a organizações clandestinas (quando seus componentes não estavam mortos ou presos). Assim, Hitler havia feito o que Bismarck, Guilherme II e a República de Weimar não ousaram tentar: aboliu os direitos autônomos dos Estados históricos, submetendo-os à autoridade central do *Reich*. Pela primeira vez na história, a Alemanha fora realmente unificada, deixando para trás seu caráter federativo. Os maiores partidos políticos dissolveram-se por conta própria.

Quando Hindenburg morreu, em agosto de 1934, Adolf Hitler viu a possibilidade de unificar os cargos de presidente e chanceler. Ao tomar tal atitude, Hitler passou a governar com poderes absolutos, mesmo sem nunca ganhar uma eleição. Com grande sustentáculo popular, Hitler passou a perseguir e, por vezes, até a matar oponentes. Além disso, o povo o apoiava, pois estava agindo conforme a população esperava de um governante. A classe média, os industriais e os proprietários rurais saíram ilesos de sua ação, já que ele atacava as minorias como os socialistas e os judeus, por exemplo. Dessa forma, dava à população a impressão de um país unificado, cujo principal alvo a ser atacado era o Tratado de Versalhes.

Agora, como *Führer*, Hitler tinha como principal preocupação o desemprego. Para tal, o governo nazista decidiu elevar os gastos públicos e facilitar o crédito. Com medidas menos ortodoxas, iniciou uma retirada da população judaica do mercado de trabalho e incentivou os casamentos, com o intuito de excluir também as mulheres do mercado de trabalho.

Hitler, então, decidiu consultar o presidente do *Reichsbank*, Hans Luther, sobre o quanto a instituição poderia contribuir no combate ao desemprego e escutou uma resposta, segundo o seu entendimento, insatisfatória. Algum tempo depois, o *Führer* repetiu a mesma pergunta a Schacht e ouviu, precisamente, o que queria: o *Reichsbank* devia fazer o que fosse necessário para retirar o último desempregado das ruas. Era exatamente o tipo de comprometimento que Hitler queria no seu governo, e convidou Schacht para ocupar novamente a presidência do *Reichsbank*, em março de 1933. Desse encontro, Schacht afirmou:

“A força propagandística de Hitler teria chances imensas junto ao povo alemão, caso não se conseguisse superar a crise econômica e afastar as massas do radicalismo. Ele era possuído pelo que dizia, um autêntico fanático com o mais intenso efeito sobre os ouvintes, um agitador nato, apesar de sua voz às vezes rouca e não raramente esganiçada”. SCHACHT (1999, p. 346) *apud* COUTO e HACKL (2007, p.331)

Para financiar a criação de empregos o governo evitou, a todo custo, um aumento na emissão de moeda, porque esta medida poderia causar um novo processo inflacionário, fato que a população alemã não iria aceitar.

Como alternativa Schacht sugeriu o que ficou conhecido como “Saques Mefo”. O governo não tinha naquele momento a credibilidade necessária para captar recursos mediante a emissão de títulos públicos, o que levou Schacht a planejar a criação da *Mettalurgische Forschungsgesellschaft* m.b.H. – Mefo, em maio de 1933. Tratava-se de uma sociedade anônima formada pelas quatro grandes empresas alemãs (Siemens, Gutehoffnungshütte, Krupp e Rheinmetall), com capital inicial de um milhão de marcos. Essa empresa privada emitiria títulos (Saques Mefo), garantidos pelo governo, e que poderiam ser descontados na rede bancária alemã, depois de determinado prazo. Os bancos, por sua vez, poderiam trocar os Saques Mefo por marcos diretamente no caixa do *Reichsbank*, respeitando, também, certos prazos. COUTO e HACKL (2007, p. 331)

Os títulos pagariam juros de 4% ao ano. O governo alemão, de posse desses, passou a pagar suas despesas com as empresas fornecedoras por meio deles, sem emitir papel-moeda. As empresas, entretanto, preferiram não descontar os títulos, pois rendiam juros anuais significativos para uma economia estabilizada. Em poucos meses, foram emitidos quatro milhões de marcos em Saques Mefo. Os recursos foram aplicados imediatamente em obras públicas e, posteriormente, no rearmamento. Em quatro anos (1934 a 1938), o volume chegou a 12 milhões de marcos. Schacht soube entender o que, mais tarde, ficou conhecido por multiplicador Keynesiano: os Saques Mefo geravam demanda efetiva e, portanto, aumentavam a produção e o volume de emprego; quando descontados por marcos no *Reichsbank*, depois de certo tempo, não tinham efeitos inflacionários, pois a recuperação da produção permitia uma maior quantidade de papel-moeda em circulação. COUTO e HACKL (2007, p.332)

A população economicamente ativa em 1933 era 36 milhões de pessoas, o que representava um total de 49,5%. Desse total, 40% trabalhavam na indústria e mineração. No campo ficava 29,5% da população. No comércio e no transporte estavam 18,1% e, por fim, as demais áreas com 12,4%. Para se ter uma noção do

aumento total da população, em 1816 era 24.833.396; em 1855, 36.113.644; em 1890, 49.428.470. BIRNIE (1964)

Podemos analisar com mais clareza a evolução da população urbana com a tabela 7:

Tabela 7 - Distribuição da população em zona rural e urbana

	Urbana	Rural	Total
1910	60%	40%	64.925.993
1925	64,4%	35,6%	63.178.619
1939	68,9%	31,1%	69.622.483

Fonte: BIRNIE (1964, anexo)

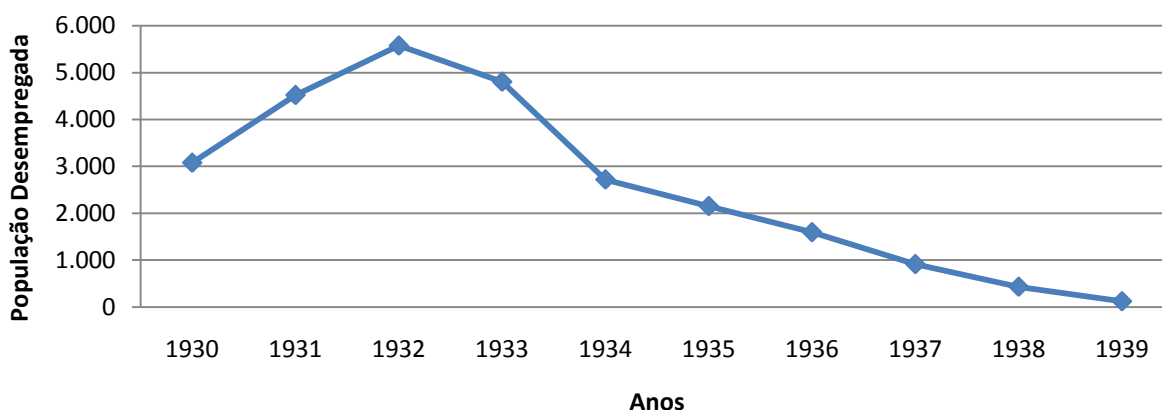
De acordo com a tabela 7, vê-se que, em 1939, ano do início da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha contava com uma população urbana elevada, em comparação com o ano de 1925. Isto porque o governo nazista investia muito em setores concentrados nas cidades, a exemplo da indústria bélica.

Entretanto, visando diminuir o desemprego que assolou a Alemanha logo após a crise de 1929, o governo decidiu investir na construção civil, porquanto este setor absorvia grande parte da mão-de-obra. Ocorreu, assim, uma grande expansão dos investimentos em obras públicas (as *autobans*, auto-estradas seguras e de alta velocidade, que cruzam a Alemanha, são um exemplo do alto investimento nazista no setor civil), além do incentivo à iniciativa privada com isenção de impostos às firmas, que elevassem seus gastos e gerassem empregos.

O investimento obteve retorno. O desemprego foi reduzido, ano após ano, a partir de 1932, muito devido ao rearmamento, ou seja, aos altos investimentos na indústria bélica. O gráfico abaixo mostra a evolução do desemprego na Alemanha. A média anual desse período foi: 1930: 3,076 milhões; 1931: 4,520 milhões; 1932: 5,575 milhões; 1933: 4,804 milhões; 1934: 2,718 milhões; 1935: 2,151 milhões;

1936: 1,593 milhão; 1937: 912 mil; 1938: 429 mil; 1939: 119 mil. COUTO e HACKL (2007, p.333).

Gráfico 3 - População desempregada entre 1930 até 1939 (Em mil)



Fonte: Elaboração própria com dados coletados de COUTO e HACKL (2007, p.333)

Por outro lado, Hitler não estava somente preocupado com a criação de empregos e a estabilidade da economia. Na realidade, estava mais focado em definir um plano estratégico para fazer da Alemanha uma potência militar novamente, e foi investindo no rearmamento que a Alemanha assegurou sua recuperação econômica. A indústria bélica, ou economia de guerra, conhecida na terminologia nazista como *Wehrwirtschaft* foi a base da economia nazista e deveria funcionar tanto em tempo de guerra, quanto no tempo que a precedeu. No entanto, a idéia não era nova para os alemães. Na Prússia dos séculos XVIII e XIX, cinco sétimos dos gastos governamentais eram direcionados ao exército.

Apesar desta prática não ser novidade para os alemães, era pouco comum no restante do mundo. Sabendo disto, o Major-General Georg Thomas, chefe do Estado-Maior da Economia Militar disse:

“A História conhecerá poucos casos em que um país tenha dirigido, mesmo em tempos de paz, todas as suas forças econômicas, deliberada e sistematicamente, para as exigências da guerra, como a Alemanha foi obrigada a fazer no período entre as duas Guerras Mundiais.”
SHIRER (1963).

Evidentemente, a Alemanha não foi “obrigada” a se militarizar. Mas fato é que foi. Shirer (1963) afirma que Schacht foi o grande responsável pelo rearmamento da Alemanha. Segundo o autor, Hitler o nomeou secretamente como General-Plenipotenciário para a Economia de Guerra. Sob este cargo, Schacht teria começado os preparativos para a guerra com grande satisfação e alegria. Teria ainda afirmado que “o cumprimento do programa de armamento com rapidez e em quantidade é o fundamental da política alemã; tudo o mais, portanto, deverá ficar subordinado a esse objetivo.” Schacht chegou a concluir também que os fundos confiscados dos inimigos do Estado, em sua maioria de judeus, e outros tomados das contas estrangeiras bloqueadas haviam ajudado a pagar as armas de Hitler. “Dessa forma, o rearmamento é parcialmente financiado com os créditos de nossos inimigos políticos.” SHIRER (1963, p. 386) ⁸

Seguindo-se o ano de 1934, o problema do desemprego não parecia mais tão grave quanto a crise do balanço de pagamentos. A grande depressão fez com que as nações aumentassem seus impostos sobre importação, impusessem quotas de importação e desvalorizassem suas moedas. Tais medidas prejudicaram o comércio internacional alemão, impedindo o pagamento de juros dos empréstimos tomados nos anos 20 e, também, dificultando o atendimento à demanda por alimentos de sua população. Visto a quantidade reduzida de solos agriculturáveis, o país dependia das exportações industriais, para importar seus alimentos.

⁸ Talvez a verdade nunca venha à tona para afirmar se Schacht foi ou não culpado por crimes de guerra. O fato é que o Tribunal de Nuremberg, que julgou os nazistas logo após o término do conflito, o declarou inocente. Entretanto foi preso, desta vez pelos próprios alemães, para ser condenado em um tribunal focado na desnazificação da Alemanha. Cumpriu três anos de pena e foi solto em 1948. Morreu em Munique no dia 4 de junho de 1970, aos 93 anos, após um tombo no momento de se vestir para uma festa.

Hitler consultou novamente Schacht a respeito do que poderia ser feito para melhorar a situação cambial do país. Schacht afirmou: “A Alemanha devia procurar equilibrar seu comércio exterior em bases bilaterais, usando controles cambiais administrados pelo Ministério da Economia de modo a que o país comprasse apenas o equivalente ao que fosse capaz de vender. Em outras palavras, nunca comprar mais do que posso pagar e, se possível, comprar dos países que compram de mim.” (SCHACHT, 1999)

A solução encontrada por Schacht para providenciar as divisas para a importação de alimentos foi a elaboração do programa de comércio exterior chamado “Novo Plano”, em setembro de 1934. Baseado no comércio bilateral, o plano conseguiu prover satisfatoriamente as divisas para a importação de alimentos. O “Novo Plano” de Schacht foi muito criticado no exterior, pois contrariava tanto o multilateralismo comercial como a teoria econômica clássica⁹.

Esta decisão irritou todos os parceiros comerciais da Alemanha, pois, em setembro de 1935, 83% do comércio alemão era efetuado por meio de trocas e somente 17% eram pagos com moeda estrangeira. COUTO e HACKL (2007, p. 334)

Schacht assumiu o ministério da economia em agosto de 1934 a convite do próprio *Führer*, pois seu antecessor fora afastado por problemas de saúde.

Quando o governo lançou o Plano de Quatro anos, ou Plano Quadrienal, em setembro de 1936, sob a direção de Hermann Göring, a Alemanha caminhava de vez para a economia de guerra total. O plano tinha como objetivo tornar o país auto-suficiente em apenas quatro anos, visando já um possível bloqueio econômico que sofreria durante a guerra. As importações foram reduzidas ao máximo; controles de salários e de preços foram impostos; os dividendos foram postos a 6%; as indústrias voltaram-se para a elaboração de matérias-primas da própria Alemanha, e eram orientadas pelo Estado sobre o que deviam produzir, a quantidade e o preço.

⁹ A teoria econômica clássica afirma que os países devem se relacionar de acordo com a lei das vantagens comparativas, segundo a qual o país deve comercializar aquilo tem vantagem sobre outro.

A tabela 8 apresenta as taxas de importação e exportação no período entre 1913 e 1937. É interessante notar a grande diminuição do volume de carga comercializada no total, a partir de 1929. Esse volume se manteve praticamente estável, até o início da Segunda Guerra Mundial, visto a política nazista de tornar a economia o máximo possível auto-suficiente.

As exportações de alimentos sofreram uma elevada queda a partir de 1929, por conta da dificuldade que a Alemanha teve de suprir sua população, apenas com sua oferta de alimentos. O país não podia mais se dar ao luxo de exportar alimentos, tendo-se em conta sua grande demanda interna.

Tabela 8 - Importações e Exportações na Alemanha, 1913 - 1937 (Em milhões de marcos - Reichsmark)

	Importações				Exportações			
	1913	1929	1933	1937	1913	1929	1933	1937
1. Produtos alimentícios	38,20%	40%	38,80%	37,40%	12%	6,50%	4,60%	1,50%
2. Produtos industriais	61,80%	60%	61,20%	61,70%	88%	93,50%	95,40%	98,50%
2.1 Matéria-prima	34,90%	29,20%	32,50%	36,50%	13,30%	11,70%	10,60%	9,80%
2.2 Artigos Semi-elaborados	17,20%	17,70%	16,70%	17,90%	10,70%	11,80%	9,70%	9,20%
2.3 Artigos acabados	9,70%	13,10%	12%	7,30%	63,90%	70%	75,10%	79,50%
Total	10.770	13.447	4.204	5.468	10.097	13.483	4.871	5.911

Fonte: FRIEDLAENDER e OSER (1957, p.514)

Schacht, que discordava da política econômica de Göring, por acreditar que os elevados gastos internos estavam prejudicando as exportações, pediu demissão do Ministério da Economia em setembro de 1937. Porém, Hitler não aceitou seu pedido e ainda ordenou que os dois se entendessem. Como o entendimento não aconteceu, Hitler, finalmente, aceitou a demissão de Schacht, que deixou o cargo de ministro da economia em novembro de 1937. Em seu lugar, assumiu o próprio Göring. Schacht, então, foi nomeado para um ministério “sem pasta”, porque Hitler julgava importante mantê-lo dentro do governo, já que ele era uma figura conhecida

em todo o mundo, principalmente pelo sucesso do fim da hiperinflação. Por isso, era chamado de “mago da economia”.¹⁰

Apesar do confronto com Göring e de sair do ministério da economia, Schacht ainda era o presidente do *Reichsbank*.

Com o objetivo de cobrir os gastos com o armamento e com a impossibilidade de novos lançamentos de empréstimos ao público, Hitler sugeriu a Schacht que o *Reichsbank* começasse uma política de expansão monetária.

A resposta de Schacht foi dada através de uma carta, cujo remetente era a direção do *Reichsbank*, no dia 7 de janeiro de 1939:

”A moeda vem sendo ameaçada substancialmente pelos gastos desmedidos do setor público. O aumento desenfreado dos gastos públicos aniquila qualquer tentativa de um orçamento equilibrado, leva as finanças públicas à beira da falência, apesar do aumento imenso da carga tributária, e arruína com isso o banco de emissão e a moeda. Não existe receita, por mais genial e refinada, nem sistema de técnica financeira e monetária, nem organização e nem medidas de controle que sejam suficientemente eficientes para deter os efeitos arrasadores, sobre a moeda, de uma administração de despesas descontrolada. Nenhum banco de emissão é capaz de manter a moeda, contra uma política de gastos inflacionária por parte do Estado.” COUTO e HACKL (2007, p.335)

Em função deste comunicado, Schacht foi demitido da presidência do *Reichsbank*, em 20 de janeiro de 1939.

O centro da discórdia entre Hitler e Schacht era a estabilidade financeira por conta do aumento dos gastos públicos em razão do armamento. Schacht temia o retorno da inflação enquanto Hitler só almejava ver o exército alemão novamente equipado e, para isso, investia no rearmamento a qualquer custo. Entre 1938 e 1939, 58% do orçamento alemão destinava-se a fins militares. LENHARO (1995, p.32)

¹⁰ Segundo SHIRER (1963, p.387), Schacht controlava a moeda de maneira tão “mágica”, que em certa ocasião economistas estrangeiros estimaram que ela tivesse 237 valores diferentes.

A partir de então, Hitler e Schacht passaram a se desentender e Schacht ficou cada vez mais isolado no governo, sem nenhum poder e nenhuma influência. Em fevereiro de 1942 pediu demissão do seu “Ministério sem Pasta” e, mais uma vez, seu pedido foi negado por Hitler.

No fim de 1942 Schacht escreveu uma carta para Göring, na qual criticou seu projeto de convocar estudantes de 15 anos para o serviço militar. A carta não agradou o Alto Comando Nazista e Hitler, em janeiro de 1943, aceitou a demissão de Schacht.

Um ano e meio depois, Schacht fez parte de uma conspiração fracassada contra Hitler. Todos foram presos e mortos, menos Schacht. Acredita-se que o *Führer* ainda pretendia usá-lo, por sua grande contribuição ao combate à hiperinflação.

As promessas do Partido Nazista, em sua maioria, não se concretizaram; nacionalização dos trustes, divisão dos lucros do comércio atacadista, reforma agrária e a abolição de juros sobre a hipoteca foram exemplos da campanha nazista para atrair votos, mas Hitler não tinha intenção alguma de honrar com tais promessas. Além disso, o governo dissolveu todas as empresas de pequeno porte, com capital de até 40 mil marcos e proibiu o surgimento de novas, com capital de até 200 mil marcos. Esta medida acabou imediatamente com um quinto das pequenas empresas. Por outro lado os cartéis não só eram obrigatórios, como eram protegidos e incentivados por lei.

Os industriais se sentiram traídos pelo governo Nazista. Fritz Thyssen, grande industrial alemão, afirmou em certa ocasião que “O regime nazista arruinou a indústria alemã” e lembrando-se de como havia acreditado na promessas de Hitler, disse: “Como fui idiota!”. THYSSEN (1942)

Outra promessa de Hitler que nunca se concretizou foi a de que todo trabalhador alemão iria possuir um automóvel, assim como nos EUA. Determinou, então, que a Volkswagen (Carro do Povo) produzisse e vendesse carro por apenas 990 marcos, ou 396 dólares. O engenheiro responsável pela produção do carro foi o austríaco Ferdinand Porsche. Já que a iniciativa privada não poderia produzir um

carro com esse preço, o Estado então providenciaria a “maior fábrica de automóveis do mundo”, com capacidade para 1,5 milhão de carros por ano. “Mais do que a Ford” - dizia a propaganda nazista. Entretanto, não havia financiamento disponível para o projeto, e então o plano foi captar o dinheiro dos compradores antes e, somente depois, entregar os carros. Esta medida ficou conhecida como “pague antes de receber”. Pobre trabalhador que pagou, pois nem sequer um automóvel saiu da fábrica durante o *III Reich*, visto que ao começar a guerra, a fábrica da Volkswagen voltou-se para a produção de artigos usados pelo exército. SHIRER (1963 p. 396)

Contudo, o setor industrial, de maneira geral, conseguiu bons resultados no governo nazista. A indústria de base, principal auxiliadora do rearmamento elevou seu lucro de 2% em 1926 a 6,5% em 1938. Mesmo com o Plano de Quatro anos, onde foi posta a lei dos dividendos em 6%, não atrapalhou o andamento deste setor. Na verdade ocorreu o contrário: qualquer lucro acima desse limite deveria ser investido em títulos do governo, ou seja, no rearmamento. Isso significa que as empresas investiam nelas mesmas, auxiliando no processo de rearmamento. O lucro em 1932 foi de 175 milhões de marcos, e, em 1938, foi de cinco bilhões de marcos. SHIRER (1963)

A partir da tabela 9 abaixo, observamos o grau de crescimento da economia alemã pós-crise de 1929:

Tabela 9 – Estatísticas relativas à recuperação da economia alemã 1932-8.

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
PIB*	89.5	57.6	59.1	66.5	74.4	82.6	93.2	104.5
Renda Nacional*	75.4	45.2	46.5	52.8	59.1	65.8	73.8	82.1
Produção Industrial**	100	58	66	83	96	107	117	122

* em bilhões de marcos ** Referência 1928=100

Fonte: CROZIER (1997, p. 102)

A tabela 9 apresenta como estava a economia alemã antes do *crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e, também, sua posterior recuperação. Na transição de 1936 para 1937, notamos que a economia alemã voltou aos níveis pré-crise de 1929, muito devido ao rápido rearmamento promovido pelo governo nazista.

A Alemanha, durante o período entre-guerras e, especialmente sob o comando de Hitler, chamou a atenção do mundo. O modo como a economia alemã se reergueu depois da crise de *Wall Street*, em 1929, fez com que Adolf Hitler fosse eleito o “Homem do Ano” pela revista norte-americana *Time*, em 1938.

A partir de então, Hitler passou a pôr em prática sua política expansionista, com uma estratégia que ficou conhecida como *Blitzkrieg*, ou guerra-relâmpago. Antes, em 1936, Hitler já havia ocupado a região da Renânia, anexando-a ao Império Alemão. Em 1938, Hitler anexou a Áustria através de um plebiscito, no qual o povo austríaco aprovou a incorporação. O pretexto usado pelos nazistas foi que a região era povoada por alemães. Este processo ficou conhecido como *Anschluss*.

Ao notar a apatia da França e da Inglaterra em relação à sua política expansionista, Hitler decidiu invadir uma região da Tchecoslováquia, em março de 1939, chamada *Sudetos*. Hitler afirmava que esta região era habitada por povos de origem alemã. Porém, desta vez, franceses e ingleses não concordaram e propuseram uma conferência para discutir o futuro da Tchecoslováquia. Esta conferência foi realizada em Munique, com a presença do primeiro-ministro inglês, Neville Chamberlain e do primeiro-ministro francês Edouard Daladier. Entretanto, não conseguiram chegar a um acordo comum. Para solucionar o impasse, decidiram chamar à conferência um árbitro, Benito Mussolini, chefe de estado italiano, para chegarem a um veredicto. O resultado final foi que Hitler poderia, apenas, ocupar a região de Sudetos e nada mais.

Chamberlain e Daladier foram tratados quase como heróis em seus respectivos países, por terem conseguido negociar, de maneira diplomática com Hitler, e, assim, frear a expansão alemã. Contudo, Hitler não cumpriu o pacto, e, no mesmo mês, ocupou o restante da Tchecoslováquia.

No dia 1° de setembro de 1939, Hitler invadiu a Polônia. Dois dias depois, a 3 de setembro, França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha, dando início à Segunda Guerra Mundial. Em menos de um ano, França, Holanda, Noruega, Dinamarca, Bélgica e Luxemburgo já estavam sob domínio alemão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX ficará marcado na história da humanidade como um século de transformações. Em sua primeira metade ocorreram duas guerras mundiais, tendo a Alemanha papel de destaque em ambas. O modo como conseguiu sair da Primeira Guerra, com sua economia totalmente devastada, e iniciar a Segunda apenas duas décadas depois, é uma proeza impressionante. A Alemanha conseguiu, em apenas 20 anos, reorganizar toda sua estrutura econômica, a ponto de tornar-se novamente uma potência militar, capaz de causar tantas mazelas à humanidade, como durante a Segunda Guerra Mundial. A origem da ideologia nazista tem raízes profundas na República de Weimar e no fim da Primeira Guerra Mundial.

A Alemanha, depois da I Guerra, estava arruinada. Devido a sucessivos fatos prejudiciais à economia alemã como, por exemplo, o Tratado de Versalhes em 1919, o Ultimato de Londres, em 1921 e a ocupação do Vale do Ruhr, em 1923, levaram de vez a Alemanha rumo à hiperinflação, uma das maiores e mais impressionantes da História da humanidade. As conseqüências para o povo alemão foram gigantescas: fome, miséria, criminalidade em alta e desemprego são apenas alguns exemplos da barbárie causada pela hiperinflação. Entretanto, mediante uma “ilusão” monetária - *Rentenmark*, a inflação desapareceu.

A partir de então, a economia alemã experimentou um período de crescimento. O Plano Dawes trouxe à Alemanha uma grande onda de investimentos externos. Contudo, o *crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929, causou uma enorme crise econômica à Alemanha. O desemprego alcançou 40% da força de trabalho. A população, desamparada, e sem nenhuma perspectiva de futuro, encontrou abrigo nas palavras de Adolf Hitler, líder do Partido Nazista, que, em 1933, subiu ao poder, dando início ao *III Reich*.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. **Keynes e As Conseqüências Econômicas da Paz.**

Texto para discussão nº 454. Depto de Economia, PUC Rio de Janeiro. 2002.

Bank for International Settlements. **BIS History – Overview.** Disponível em:

<http://www.bis.org/about/history.htm>

BELL, P.M.H.. **The Origins of the Second World War in Europe.** Second Edition

London: Longman, 1997.

BIRNIE, Arthur. **História Econômica da Europa.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1964.

1º edição.

BISPO, Prof. Dr. A.A.. **Conferência da Paz de Versailles: Alsácia, relações franco- alemãs e o papel do Brasil: Eptácio Pessoa (1865-1942).** Revista Brasil-

europa: Correspondência Euro-Brasileira. Abril de 2009. Disponível em:

<http://www.revista.brasil-europa.eu/120/guerramundialbrasil.html>

BOCCHI, João Ildebrando. **PLANO REAL, ÂNCORA CAMBIAL E ESTABILIZAÇÃO.** In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA,

2001, São Paulo. Sociedade Brasileira de Economia Política.

Disponível em http://www.sep.org.br/artigo/6_congresso_old/vicongresso19.pdf

COUTO, Joaquim Miguel; HACKL, Gilberto. *Hjalmar Schacht e a economia alemã*

(1920-1950). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p.311-341, dez.

2007.

CROZIER, Andrew J.. **The causes of the second world war.** Massachusetts:

Blackwell Publishers Ltda., 1997

DHM – **DEUSTSCHES HISTORICHES MUSEUM.** Weimar Republic und NS-Regime. (1918-1939). Disponível em: <http://www.dhm.de/lemo/home.html>

DORNBUSCH, Rudiger. **Como deter a hiperinflação: lições da experiência inflacionária alemã da década de 20.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v.16, n. 1, pp. 61- 85, abril 1986

DRIJARD, André. **Alemanha:** Panorama histórico e cultural. Lisboa: Dom Quixote, 1971. 3º edição.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do Capital** – Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34. 1º edição – 2000.

ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO MANYANGA (Moçambique) (Org.).

O Nazi-Facismo. Disponível em: <http://www.manyanga.ac.mz/discip/hist/naz.pdf>

FEINSTEIN, Charles; TEMIN, Peter; TONIOLO, Gianni. **The European Economy Between the Wars.** Nova Iorque: Oxford, 1997.

FRANCO, Gustavo. Prefácio para “Setenta e seis anos de minha vida” de Hjalmar Schacht. In: SCHACHT, Hjalmar. **Setenta e seis anos de minha vida.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

FRANCO, Gustavo. **O Plano Real e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995.

FRIEDLAENDER, H.E.; OSER, J.. **Historia Económica de la Europa Moderna.** 1º edição Cidade do México - México: Editora Fondo de Cultura Económica México – Buenos Aires, 1957.

HENIG, Ruth. **O Tratado de Versalhes.** São Paulo: Ática, 1991a.

HENIG, Ruth. **As Origens da Primeira Guerra Mundial.** São Paulo: Ática, 1991b.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos:** O Breve Século XX. 2º São Paulo: Companhia Das Letras, 1994.

HOBBSAWN, Eric. **Tempos Interessantes: Uma Vida no Século XX**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.

HOLTFRERICH, C.I.. **The German Inflation – 1914-1923**. Walter de Gruyter – Berlin – New York. 1986. Título original “Die Deutsche Inflation”.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A Crise do Século XX**. São Paulo: Ática, 1991. 7 v.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: O triunfo da Vontade**. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã [1918 – 1923]**. São Paulo. Ed. UNESP. 2005 (Revoluções do Século XX)

MEISELMAN, Davis; LAFFER, Arthur. **O Fenômeno da Inflação Mundial**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 1977.

NORBERT, Elias. 1897 - 1990. **Os alemães – A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 1997

REVISTA SUPERINTERESSANTE. **Como Hitler pôde acontecer?** São Paulo. Ed. Abril, 26 dez. 2008

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar**. 3. ed. São Paulo: Schwarcz Ltda., 1983. (A Vida Cotidiana).

ROLFE, Sidney E.; BURTLE, James L.. **O Sistema Monetário Mundial: Uma Reinterpretação**. 1ª edição Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SENNHOLZ, Hans. **The Age of Inflation**. Áustria: Libertarian Press, 1979. Extraído de **Instituto Ludwig Von Mises Brasil**. A hiperinflação alemã, 1914-1923. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=169#Parte6>

SHIRER, W. L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich**. Volume I. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963. 3ª edição.

SOMMARIVA, Andrea; TULLIO, Giuseppe. **German Macroeconomic**: A study of the Effects of Economic Policy on Inflation, Currency Depreciation and Growth. First Published Hong Kong: Macmillan Press Ltd, 1987.

SOUSA, Maria Gil de. **Os Judeus no espaço alemão e a Procura de uma Pátria**. Instituto Politécnico de Viseu - Portugal.

Disponível em: http://www.ipv.pt/millennium/millennium25/25_23.htm

THYSSEN, Fritz. **Eu Financiei Hitler**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1942.

USA GOLD: Centennial Precious Metals. The Nightmare German Inflation.
Disponível em: <http://www.usagold.com/germannightmare.html>